

**UNIVERSIDADE FEDERAL FLUMINENSE**  
**POLO UNIVERSITÁRIO DE CAMPOS DOS GOYTACAZES (PUCG)**  
**INSTITUTO DE CIÊNCIA DA SOCIEDADE E DESENVOLVIMENTO REGIONAL**  
**SERVIÇO SOCIAL**

DAYSE LUCIDE PERES BELIDO

**MULHER-MÃE DE DEFICIENTE E SEUS MULTIPLOS PAPEIS SOCIAIS**

CAMPOS DOS GOYTACAZES

2016

DAYSE LUCIDE PERES BELIDO

**MULHER-MÃE DE DEFICIENTE E SEUS MULTIPLOS PAPEIS SOCIAIS**

Trabalho Final de Curso apresentado ao Departamento de Serviço Social de Campos dos Goytacazes e do Instituto de Ciências da Sociedade e Desenvolvimento Regional da Universidade Federal Fluminense, para a obtenção do título de Bacharel em Serviço Social.

Orientadora: Prof<sup>a</sup> Dr<sup>a</sup> Rosany Barcellos de Souza.

CAMPOS DOS GOYTACAZES

2016

DAYSE LUCIDE PERES BELIDO

## MULHER-MÃE DE DEFICIENTE E SEUS MULTIPLOS PAPEIS SOCIAIS

Trabalho Final de Curso apresentado ao Departamento de Serviço Social de Campos dos Goytacazes e do Instituto de Ciências da Sociedade e Desenvolvimento Regional da Universidade Federal Fluminense, para obtenção do título de Bacharel em Serviço Social.

### BANCA EXAMINADORA

---

Prof<sup>a</sup>. Dra. Rosany Barcellos de Souza – Orientadora  
Universidade Federal Fluminense

---

Prof<sup>a</sup>. Dra. Ivana Arquejada Faes  
Universidade Federal Fluminense

---

Laís Tinoco Nogueira Leal – Assistente Social da APAPE (Associação de Pais de Pessoas Especiais)

*Com toda gratidão, dedico este trabalho ao meu amigo, professor e jornalista, Juscelino Lazaryno de Oliveira, Diretor do PREVEST que me deu a oportunidade de estudar naquela Instituição no ano de 2010, na minha preparação e capacitação para o vestibular. Aos professores de excelência com os quais pude trazer à memória, ensinamentos há tempos esquecidos. Jamais esquecerei gesto tão importante naquele momento de minha vida. O meu muito obrigado.*

## AGRADECIMENTOS

Primeiramente, agradeço a Deus por ter me dado saúde, força e fé para superar as dificuldades durante minha caminhada na Universidade e principalmente pela oportunidade de recomeçar a vida, reinventando e trilhando novos caminhos, outros horizontes que se me despontaram e, assim, abraçar a chance de uma nova carreira, escolhida a dedo, por me identificar em todos os âmbitos da profissão.

Muito antes de entrar na Universidade, exercia, na prática, as ações da assistência, sem perceber que tinha o desejo do ofício imbuído em minh'alma e mais tarde, apreendi no meu trabalho (Fundação Leão XIII) que podemos unir o útil ao agradável. Deus, então, oportunizou-me a chance de cursar o Serviço Social, mesmo já sendo graduada em bacharel em Direito, na década dos anos 1980 e não seguindo carreira.

Agradeço à minha mãe que me trouxe à luz e ao meu pai que dentre tantas dificuldades, teve papel importante e preponderante na mudança geográfica da nossa família, trazendo-nos para esta cidade com vistas a educar quatro filhas, dando-nos, por conseguinte, opção de estudos e melhor qualidade de vida. Sou grata as minhas irmãs, Ellen Peres, Rosana Peres e Lílian Peres, que me incentivaram e acreditaram no meu potencial.

Obrigado ao meu amado sobrinho José Mauricio Peres que com apenas 14 anos de idade foi o meu colaborador maior, dedicou boa parte do seu tempo digitando todo o texto desta monografia.

Agradecendo também ao querido primo Sérgio de Matos Peres pela sua importante colaboração no momento mais difícil da elaboração final desta monografia

Não poderia deixar de agradecer a esta Universidade que me abrigou, enquanto estudante, e aos professores por me proporcionarem o conhecimento no processo de formação profissional com carinho e dedicação. Não somente por terem me ensinado, mas também por me terem feito aprender.

Agradeço à Presidente da APAPE, Sr<sup>a</sup> Naira Regina Peçanha, que abriu as portas da Associação de Pais de Pessoas Especiais, para que eu pudesse praticar o estágio de campo, onde tive contato direto com os familiares ali assistidos. Também meu agradecimento a Assistente Social, Laís Tinoco Nogueira Leal, Coordenadora Técnica da Instituição.

Especial agradecimento às amigadas que fizeram parte da minha formação e vão continuar fazendo parte da minha vida, por sua importância, sobretudo, nas horas difíceis, de desânimo ou cansaço. Meu carinho a Dhéssica Cristina Nunes Dias, Nathália Tamy Rosalino, Karinna da Silva Firmino e especialmente, a Mariana Lopes Barreto pela ajuda, dedicação e sempre mão amiga, meu ponto de apoio.

Agradeço também o carinho e generosidade da Prof<sup>a</sup> Dr<sup>a</sup> Ivana Arquejada que muito me incentivou a lutar pelo tema por mim escolhido, desde o início da disciplina, quando estávamos ainda na fase de escolha do mesmo.

Agradeço eternamente a Prof<sup>a</sup> Dr<sup>a</sup> Rosany Barcellos de Souza, minha querida e brilhante orientadora, pela paciência, apoio, dedicação, compreensão e confiança em mim depositada, sempre me fazendo acreditar na minha própria capacidade. Sem esse suporte, não seria possível chegar até aqui.

A todos que direta ou indiretamente fizeram parte da minha formação, o meu muito obrigado.

Mulher (Sexo Frágil)

Dizem que a mulher é o sexo frágil

Mas que mentira absurda!

Eu que faço parte da rotina de uma delas

Sei que a força está com elas

Vejam como é forte a que eu conheço

Sua sapiência não tem preço

Satisfaz meu ego, se fingindo submissa

Mas no fundo me enfeitiça

Quando eu chego em casa à noitinha

Quero uma mulher só minha

Mas pra quem deu luz não tem mais jeito

Porque um filho quer seu peito

O outro já reclama a sua mão

E o outro quer o amor que ela tiver

Quatro homens dependentes e carentes

Da força da mulher

Mulher! Mulher!

Do barro de que você foi gerada

Me veio inspiração

Pra decantar você nessa canção

Mulher! Mulher!

Na escola em que você foi ensinada

Jamais tirei um 10

Sou forte, mas não chego aos seus pés

Erasmu Carlos

## RESUMO

A presente monografia faz uma abordagem sobre o tema: Mulher-Mãe de deficiente e seus múltiplos papéis sociais. A sobrecarga da mulher-mãe de deficiente foi o aspecto marcadamente presente no contexto da Associação de Pais de Pessoas Especiais – APAPE, observado durante o estágio realizado nessa instituição. Para estudar o tema, buscou-se analisar a dimensão cultural do preconceito, onde se configura a construção histórica reforçando o papel da mulher de forma depreciativa no cenário familiar e social. Desta forma, buscamos entender que a família desempenha um papel preponderante nesse processo, pois esse lugar onde os indivíduos se abrigam através de laços consangüíneos ou não, as relações de sociabilidade se dão, desde a família patriarcal, perpassando por vários arranjos diferentes e evolutivos em sua composição. Procuraram-se evidenciar as lutas feministas como forma de ascensão da mulher, saindo do papel de cuidadora do lar e dando-lhe condições de apropriar-se do trabalho em várias esferas, conquistando seu espaço em busca de igualdades de direitos. Ênfase é dada às relações mulher-mãe de deficiente, onde a grande responsabilidade de cuidar desse ser é imposta a ela, naturalizando-se, assim sua obrigação. Apreendemos essas mulheres mães de deficientes como sujeitos históricos no processo de superação de barreiras e preconceitos em nossa sociedade.

Palavras-chave: Mulher, Mãe, Família, Deficiente, Preconceito.



## LISTA DE SIGLAS

|       |  |
|-------|--|
| APAPE | Associação de Pais de Pessoas Especiais                            |
| CIF   | Classificação Internacional de Funcionalidade, Deficiência e Saúde |
| ICIDH | Classificação Internacional de Lesão, Deficiência e Handicap       |
| OMS   | Organização Mundial da Saúde                                       |
| ONGs  | Organizações Não Governamentais                                    |
| UPIAS | Liga dos Lesados Físicos Contra Segregação                         |

## SUMÁRIO

|   |           |
|---|-----------|
| <b>INTRODUÇÃO.....</b>  | <b>11</b> |
| <b>1- CAPÍTULO – CULTURA E SUAS DETERMINAÇÕES NO CONTEXTO DE GÊNERO.....</b>  | <b>15</b> |
| 1.1 – Cultura e suas influencias sociais.....                                 | 15        |
| 1.2 - Relações de Gênero no reforço a submissão feminina.....                 | 20..      |
| 1.2.1- Emancipação Feminina e seus papeis Sociais.....                        | 25.       |
| <b>2- CAPÍTULO – (RE) PENSANDO A FAMÍLIA EM SEUS PAPEIS CONSTITUIDOS.....</b> | <b>39</b> |
| 2.1 – A Família por um viés tradicional.....                                  | 39        |
| 2.2 – Definição da Família Contemporânea.....                                 | 44        |
| 2.3 – O mito da perfeição como reprodução social alienada.....                | 47        |
| 2.4 – Dimensão cultural sobre pessoas com deficiência.....                    | 51        |
| 2.5 – A chegada do membro com deficiência: E agora, o que fazer?.....         | 55        |
| 2.5.1 – O papel feminino do cuidado.....                                      | 58        |
| <b>CONCLUSÃO.....</b>   | <b>63</b> |
| <b>BIBLIOGRAFIA.....</b>  | <b>68</b> |

## INTRODUÇÃO

Essa monografia tem o objetivo de problematizar a questão da sobrecarga da mulher, buscando a desconstrução do aspecto cultural quanto à submissão da mesma no cenário familiar.

Esse interesse pelo tema se justifica pela observação feita ao longo da atuação profissional onde estive inserida como estagiária da Assistência Social na APAPE – Associação de Pais de Pessoas Especiais, situada, na cidade de Campos dos Goytacazes, que realiza um trabalho voltado especificamente para crianças deficientes e seus familiares.

As dificuldades identificadas no campo de estágio foram várias, dentre elas, a percepção e a observação que o Serviço Social trabalha com uma autonomia regulada, pois existem alguns interesses por parte da Instituição que precisam ser cumpridos (metas) de acordo com os programas oferecidos aos usuários, bem como as dificuldades das famílias ao acesso às políticas públicas; a deficiência em relação à interação da equipe multidisciplinar, autoridade e poder existente na relação de forças entre a postura da presidência, mediante a equipe multidisciplinar. A correlação de forças no âmbito da Instituição também fala muito alto e deixa claro quem é quem por trás dos bastidores. Nesse período, estivemos em contato direto com as mães dos usuários e pudemos realizar entrevistas, ouvindo suas queixas sobre preconceito e as múltiplas questões por elas vivenciadas no seu cotidiano. Pelo tempo de convivência no campo e a observância dos fatos, pudemos ver de perto as demandas, muitas vezes solucionadas com resultados eficazes, e outras, sem sucesso.

O materialismo histórico dialético foi o marco teórico que norteou a efetivação do presente trabalho. No contexto da revisão de literatura foram analisados e focados elementos que compõem o preconceito em relação às pessoas deficientes no recorte da Mulher-Mãe, no âmbito dos seus múltiplos papéis sociais. As categorias exploradas para fundamentação teórica da pesquisa foram literaturas com conteúdos sobre cultura, cidadania, preconceito, família, deficiência, gênero, feminismo, machismo, entre outras na esteira do materialismo dialético foi possível ter embasamento teórico para

análise do presente tema: dimensão cultural do preconceito às pessoas com deficiências e a sobrecarga do papel da mulher no contexto familiar. Dentre os aspectos analisados, o tema sobrecarga da Mulher-Mãe de Deficiente no desempenho dos seus múltiplos papéis no contexto familiar, ganha mais relevância na sociedade contemporânea.

As variáveis para explicar o cerne da questão, da sobrecarga da mulher-mãe de deficientes estão focadas, sobretudo, na questão cultural do preconceito em relação às pessoas com deficiência e também em relação ao aspecto cultural dentro de uma sociedade falocêntrica, que tem como pano de fundo a história que define o papel da mulher, construído historicamente e assim, definindo as múltiplas funções e os papéis desempenhados e impostos à Mulher-Mãe de Deficientes.

Na pesquisa bibliográfica efetivada, analisamos a sobrecarga da mulher, buscando identificar a desconstrução do aspecto cultural quanto à submissão da mesma no cenário familiar. Alguns autores que discorrem sobre algumas categorias abordadas neste trabalho, dentre eles: Romanelli (2003) faz algumas referências como são construídas as relações de Autoridade e Poder dentro do contexto familiar; Cascudo (2003) abre o discurso em torno da Família como espelho para formação do caráter e da moral do indivíduo; Nogueira (2008) aborda sobre as Desigualdades e a Desvalorização do trabalho feminino em relação ao trabalho masculino na sociedade Contemporânea; Manzini-Covre (2003) faz uma reflexão sobre Cidadania e vários tipos de construção de cidadania. Sobre as discussões trazidas por esses autores existem alguns pontos em comum, mas também existem aspectos e pontos de vistas sob ângulos diferentes e divergências de opiniões. Temos também Welter (2008) abordando aspectos acerca de gênero, maternidade e deficiência: representação da diversidade. Citando a Constituição Brasileira (1988) que afirma no cap. I Dos Direitos Individuais e Coletivos - art. 5, estabelece a igualdade em direitos e obrigações, e garante tratamento igual a todos perante a lei. Outro texto pesquisado nessa leitura, Colissi e Wendling (1998) faz uma abordagem sobre os pais de filhos com deficiência envolvendo: Sentimentos, vivências e desafios perante a sociedade.

Buscamos responder a alguns questionamentos, tais como: em que medida a cultura influencia o preconceito das pessoas em relação à Mulher-Mãe de Deficientes (principais envolvidas e responsáveis) ?; Como conciliar os seus distintos papéis de Mulher, Mãe, Esposa, Cuidadora, Chefe de Família, Acompanhante, Trabalhadora, Mantenedora, Orientadora, Motorista, Educadora, frente às inúmeras demandas que lhe são atribuídas?; Como conseguem dar conta de todas as suas responsabilidades, no âmbito dos múltiplos papéis sociais?

O preconceito existente na sociedade é construído historicamente ao longo do tempo, tendo a cultura como papel preponderante, contribuindo de forma determinante para a formatação do papel da Mulher no cenário social. Isso se dá de forma evolutiva de acordo com o contexto vivenciado em cada sociedade, porém vai se reafirmando a condição histórica e social da Mulher-Mãe, no contexto das representações sociais.

A Mulher-Mãe de deficiente tem que se desdobrar diante das circunstâncias, buscando estratégias e alternativas para dar conta de tantas atribuições que lhe são impostas, pois a esta, não lhe é dado o direito de escolha, fazer ou não fazer o que é preciso. Ela tem que fazer simplesmente e o faz, até porque Mulher-Mãe é um ser dotado de sensibilidade, amor e compaixão, pois existem laços de afetividade e uma relação simbiótica entre mãe e filho, que o homem nunca vai entender.

Assim, estivemos abordando no capítulo I, a dimensão de cultura, e como a mesma influencia e determina o *modus operandi* de cada povo, sociedade, cada um com as suas especificidades e características próprias. Observamos também que a cultura traz consigo elementos importantes na construção histórica de uma sociedade, reforçando cada vez mais o papel depreciativo da mulher e a submissão desta em relação ao homem.

No capítulo II tratamos e analisamos a evolução da formação da família sob vários ângulos, desde a construção que se dava através do modelo patriarcalista, onde o papel do homem era de total poder sobre a mulher e pudemos observar a metamorfose desta, gerando vários arranjos de novas concepções de famílias na sociedade até chegar à contemporaneidade, muitos

avanços se deram onde a consangüinidade não tem tanta importância assim e os vínculos são firmados na busca da afetividade e felicidade.

## CAPÍTULO I – CULTURA E SUAS DETERMINAÇÕES NO CONTEXTO DE GÊNERO.

### 1.1- Cultura e influências sociais.

Fazendo uma releitura de acordo com o olhar de vários autores, os quais trazem para a cena do debate contemporâneo o tema cultura, podemos observar que a Antropologia acende grandes holofotes no palco das discussões, ressaltando a importância desse assunto, que vem sendo descortinado ao longo de décadas e décadas.

A grande verdade é que desde o séc. XIX. os antropólogos tentam definir, delimitar e conceituar cultura. Muitos são os entendimentos. Mas como estabelecer limites e definições sobre tal assunto, uma vez que paira sobre a cultura um movimento dialético, várias contradições e sobretudo, quando não há como esgotar e fechar questão, pois se cultura é algo que está em constante construção e está, pois, firmado no devir ?

Buscando os fatos do passado para se chegar ao presente, a história nos mostra a construção rudimentar de como os homens usavam suas ferramentas para descrever as culturas descobertas, tais como os relatos de viajantes por onde passavam. No Brasil as cartas eram escritas pelos jesuítas, missionários que iam às expedições com o intuito de descrever as desde as paisagens até os nativos, descobertos em continentes nunca antes navegados. É possível que as mesmas ao chegarem ao seu destino e fossem lidas pelo rei mandatário de tal expedição, muita coisa já havia se mudado e se perdido pelo tempo, pois o movimento constante dos fatos se alteram.

#### “COLO – CULTOS - CULTURA

Começar pelas palavras talvez não seja coisa vã. As relações entre os fenômenos deixam marcas no corpo da linguagem. As palavras cultura, culto e colonização derivam do mesmo verbo latino colo, cujo participio passado é cultus e o participio futuro é culturus

(...)

A ação neste colo, no chamado sistema verbal do presente, denota sempre alguma coisa de incompleto e transitivo. E o movimento que passa, ou passava, de um agente para um objeto. Colo é a matriz de colônia enquanto espaço que se está ocupando, terra ou povo que se pode trabalhar e sujeitar.” (BOSI, 1992, p.10)

De acordo com Bosi (1992) a questão principal está em saber como cada grupo ou sociedade que faz a leitura da Escritura e interpreta sobre qual ângulo da sua prática, pois, os discursos religiosos têm grande influência sobre a forma de conduta de cada povo, grupo, tribo, nação e outros. Os símbolos, os nexos, as narrativas da criação, queda e salvação, também são componentes nessa grande engrenagem para se chegar perto do conceito tão discutido.

“Pensar a cultura desatrelada de um projeto histórico emancipador tem sido a regra, sob hegemonia ideológica do capital, preocupando-se cada vez mais com as diferenças existentes entre os seres humanos do que com as suas semelhanças. Desenvolve-se assim, uma perspectiva teórica que privilegia o micro em detrimento dos nexos e relações entre o singular e o universal e, em grande medida, por meio de um sistema de retroalimentação, os estudos sobre cultura tanto utilizam de tal perspectiva teórica para suas análises, como também servem para justificar a fundamentação da mesma.” (TEIXEIRA; DIAS, 2010, p.122)

A partir da Revolução Industrial, o sistema capitalista chegou impondo suas regras, metas, objetivos, fazendo suas manobras, conexões, mostrando que há ligações e interdependência entre cultura e economia. Uma influenciando a outra e dessa forma cada sociedade vai reproduzindo suas formas de acumulação de valores.

“Estamos acostumados a falar em cultura brasileira, assim, no singular como se existisse uma unidade prévia que aglutinasse todas as manifestações materiais e espirituais do povo brasileiro. Mas é



claro que uma tal unidade ou uniformidade não existe em sociedade moderna alguma e, menos ainda, em uma sociedade de classes.

(...)

A tradição da nossa Antropologia cultural já fazia uma repartição do Brasil em culturas aplicando-lhes um critério racial: cultura indígena, cultura negra, cultura branca, culturas mestiças.” (BOSI, 1992, p.308)

Talvez pela dificuldade em elaborar um conceito para cultura em sua totalidade os antropólogos buscaram uma saída através da fragmentação por categoria, assim, ficando mais fácil exemplificar do que se definir para entender. O assunto é demasiadamente extenso e principalmente porque o Brasil desde o seu descobrimento já era habitado pelos índios, por conseguinte vieram vários povos para colonizar a nova terra. Portanto, no contexto brasileiro, a herança trazida pelos portugueses, espanhóis, africanos e a própria população nativa no início da colonização é muito vasta, e essa miscigenação passa a ser um complicador para tal definição.

“Para que pudéssemos falar de cultura brasileira, seria preciso que essa fosse construída por acúmulo de experiências do passado, sendo que apresentado e analisado como acúmulo de experiência política, nações de cultura brasileira se atualizam no sentido de buscar a unificação nacional nos seus mais diversos níveis, social, econômico, político e cultural através de interpretações que soldam as contradições presentes ao real.

(...)

O que temos hoje, no Brasil, é uma permanente tentativa de reproduzir a cultura material do capitalismo avançado, com uma estreita lógica consumista. Essa lógica continua a ser ditada pelos grupos privilegiados e para ultrapassá-la precisamos refletir corajosamente sobre a cultura brasileira, efetivando análises das relações que se dão entre cultura- como sistema de valores- e o processo de acumulação nos moldes atuais. (SOUZA, 2004, p.41)

É notório que há um emaranhado de fatos que precisam ser levados em consideração no que tange a cultura no Brasil, pois ao mesmo tempo temos um país de muitas riquezas, por outro lado a pobreza e a fome são gritantes. Portanto, a contradição está presente na realidade da vida dos brasileiros. Mas a lógica capitalista faz com que essa reprodução passe despercebida, pois é extremamente importante, visto que os aspectos culturais serão pilares fundamentais que influenciam o modo de pensar da humanidade. Interessa à classe dominante que:

(...) Assim, quaisquer tipos de discriminações sociais feitas com base em sexo ou raça, como aqueles discursos proferidos em nossa sociedade que afirmam que determinados trabalhos não podem ser feitos por mulheres, ou que algumas atividades consideradas inferiores são exclusivamente "trabalho de negro": não possuem base biológica. Mas são discursos criados para justificar a posição dominante de determinados grupos sociais. (Silva e Silva, 2006, s/p)

Esse tipo de discurso trouxe para os dias atuais elementos que reforçam a dimensão depreciativa da mulher no cenário da sociedade contemporânea. A questão dos valores agregados com o passar do tempo e também a divisão social do trabalho vão se internalizando na dinâmica da sociedade moderna e numa crescente construção, reafirmando a colocação do papel que a mulher pode ou não exercer. Essa cultura traz elementos fundamentais para que essas idéias se perpetuem e se reproduzam cada vez mais. Esse mecanismo de adaptação é um dos principais elementos da cultura, e torna-se ainda mais importante quando se alia ao fator cumulativo.

No caso brasileiro essa herança cultural vem sendo construída historicamente desde o Brasil colonial e em seus resquícios fortes ainda se veem presentes no preconceito fundantes à mulher até os dias de hoje. As mudanças produzidas atualmente, os avanços e conquistas são frutos de muitas lutas feministas citadas no decorrer desse estudo.

Trazendo um conceito de cultura na definição de Silva e Silva (2006), talvez o mais conciso de todos:

(...) O significado mais simples desse termo afirma que cultura abrange todas as realizações materiais e os aspectos espirituais de um povo. Ou seja, em outras palavras, cultura é tudo aquilo produzido pela humanidade, seja no plano concreto ou no plano imaterial, desde artefatos e objetos até ideais e crenças. Cultura é todo complexo de conhecimentos e toda habilidade humana empregada socialmente. (Silva e Silva, 2006, s/p)

A seguir, no próximo item, estaremos abordando a perspectiva de relações de gênero a partir da discriminação da mulher, dando ênfase a esse reforço cultural que está presente nesse contexto.

## 1.2- Relações de gênero no reforço da submissão feminina

A discriminação contra as mulheres e a desigualdade, que nascem da subordinação ao homem, têm sua origem durante a construção da história da humanidade.

Não há um descolamento nem fatos isolados, pois sempre vamos nos esbarrar com a cultura como sustentáculo da desigualdade, que por detrás de uma cortina de fumaça, embaça-nos a visão, deixando turva toda e qualquer situação, que às vezes se mostra sutilmente ou de modo grotesco. Devido ao acúmulo de fatos sucessivos e de tão grande dimensão, as conseqüências ainda estão muito presentes nos dias atuais. Mais fácil é o ato da construção do que o da desconstrução, pois a primeira tem suas raízes muito profundas no processo de naturalização do preconceito com a mulher.

Já vimos que essa subordinação sustenta-se em velhos padrões patriarcais e é reafirmada por vários autores que coadunam com esse pensamento, culturalmente falando e também firmada de cunho religioso.

Se traçarmos uma linha do tempo, vemos bíblicamente que a passagem em Gênesis cap. 2, V. 22, relata que a mulher teria sido formada da costela de Adão para que a mesma lhe fosse uma adjutora (ajudadora) e muito se tem entendido isto de forma distorcida, inferiorizada e ainda é atribuída à mulher a marca de tentadora, fato esse que vem passando de geração em geração.

Essa passagem bíblica reforça e legitima a questão da inferioridade através das Escrituras Sagradas e de certa forma essa influência tornou-se base para a esfera civil e pública.

Como nossa legislação é inspirada no direito romano, temos como arcabouço teórico as bases jurídicas expressas na Lei das Doze Tábuas e demais costumes vigentes, em que as mulheres sempre foram consideradas propriedades do pai, quando solteiras e do marido na condição de cônjuges. E aquelas que tentavam desobedecer às ordens impostas pelos mesmos, sofriam respectivas retaliações e por vezes degradantes maus tratos.

Seguindo mais adiante, na sociedade patriarcal os maridos dominavam as mulheres no interior dos seus lares com autoridade e austeridade, enquanto as autoridades defendiam publicamente a supremacia dos homens em todas as esferas. Portanto, essa condição de submissão ficou impregnada e estigmatizada nos valores morais da mulher. Algo que perpassava inclusive no imaginário da mulher que era conscientizada e preparada para casar-se e formar a prole. A ela não era dado nem o direito de escolher seu futuro consorte, pois tudo era estabelecido e arranjado pelo patriarca.

Após o advento do Iluminismo, a chamada época das luzes, no sec. XVIII, algumas questões tanto no aspecto cultural quanto filosóficos foram trazidos à tona através dos ideais da tríade, liberdade, igualdade e fraternidade. Fervilhava-se então a Revolução Francesa que ia espalhando e disseminando seus ideais mundo a fora. Esse quadro que retratava a visão de rigidez a respeito das mulheres, lentamente foi mudando de cor, o que era pintado em preto e branco começou a ganhar tons coloridos.

“Com a chamada época das luzes, no século XVIII, cuja fermentação cultural e filosófica inundava a sociedade por meio de ideais de liberdade e independência, lentamente esta visão de rigidez a respeito das mulheres foi mudando. Porém, somente na segunda metade do século XX, após a conquista do sufrágio universal juntamente com os direitos trabalhistas é que a violência contra a mulher passou a ser tema de importância”. (NANJARI, 2009)

Sobretudo, os reflexos só começaram a transparecer na metade do sec. XX com a primeira e grande conquista do sufrágio universal<sup>1</sup>, que traz a seguir os direitos trabalhistas. Com esses fatos a questão da cidadania da mulher começa a delinear novos contornos passando a ser tema de importantes debates e discussões.

Apesar da conquista desses direitos terem promovido mudanças no espaço social, no espaço público era hegemonicamente reservado aos homens

---

<sup>1</sup> “O sufrágio universal, em oposição ao sufrágio restrito, consiste na extensão do sufrágio, ou o direito de voto, a todos os indivíduos considerados intelectualmente maduros.”

e esse foi considerado o primeiro grande passo para conquista de muitos outros.

Muitos de nós ainda precisam ser mobilizados, para que a mulher seja de fato liberta dessas amarras e adquira seus direitos plenamente. Para tentar romper com essas barreiras enfrentadas pela mulher, houve incansáveis lutas, batalhas travadas pelos movimentos feministas, pois o poder que os homens exerciam sobre as mulheres foi construído historicamente.

Há de se entender que problematizar a Cidadania em relações de gênero é muito mais complexo do que se pode imaginar. Não é puro e simplesmente conceituar e traduzir em palavras. Cidadania é construção de vários elementos mesclados com especificidades que a própria sociedade constrói de acordo com o que lhe é imposto, aceito ou não.

Apesar da conquista do voto e dos direitos trabalhistas terem promovido mudanças no espaço social, no espaço público era hegemonicamente reservado aos homens e esse foi considerado o primeiro passo para conquista de muitos.

“O processo de construção da cidadania feminina não foi um trabalho fácil e tranquilo, e sim árduo e de longos anos. A busca pela igualdade de gênero está atrelada a esse processo, que envolveu muitas lutas pelo reconhecimento dos direitos femininos. As mulheres alcançaram alguns benefícios, mas pouco usufruíram devido a suas características históricas, visto que as sociedades eram regidas pela figura masculina e as mulheres ficavam sob a obediência patriarcal, na qual o homem era a autoridade da família.” (Carvalho, 2011, p.143)

As desigualdades de gêneros na nossa sociedade sempre estão muito evidentes, pois temos um controle masculino muito forte na esfera do poder. Portanto, justifica-se a busca da igualdade de gênero para que as diferenças sejam equiparadas para a busca da tão sonhada cidadania plena.

“Havia um medo muito grande por parte dos homens de perder seu poder através da divisão sexual do trabalho e dentro da estrutura familiar. Por isso consideravam as mulheres importantes como provedoras do bem-estar da família, sem considerá-las como sujeitos independentes com demandas próprias.

A mulher nunca teve noção do grau de subordinação em que se encontrava. Sempre cumpriu árdua jornada em seu lar como mantenedora da ordem, como uma “doméstica”, tendo baixa autoestima, realizando atividades sem reconhecimento de seus familiares e que não eram consideradas como um trabalho produtivo. Sabe-se que, antes do ingresso da mulher no mercado de trabalho, ela vivia em um isolamento doméstico. À partir desse ingresso, passou a colaborar na renda familiar, mas isso não gerou sua autonomia como sujeito feminino, acarretando uma sobrecarga de trabalho, jornadas duplas de responsabilidades, deixando os filhos à mercê de cuidados alheios e se colocando vulnerável a assédios e violência sexual”. (Carvalho, 2011, p.145)

No exato momento em que a mulher descobre o grau de subserviência no qual ela vivia e que era possível ingressar no mundo do trabalho numa perspectiva de ter seus próprios rendimentos, ela assina simbolicamente sua carta de alforria. No início a mulher teve que usar de persuasão para convencer o marido que ela poderia aumentar a renda da família trabalhando fora do espaço doméstico, e ele passou a ser atraído de certa forma por esse fato, pois a situação econômico-financeira familiar melhoraria e eles teriam mais acesso ao consumo, visto que nessa época, mais precisamente na década dos anos 1970, surgiam nos comerciais de TV os atraentes aparelhos eletrônicos, como máquina de lavar roupas, louças, cafeteiras, aparelhos de som e TV, pois a chamada da mídia ao consumo era forte incentivo do governo, que à época era militar.

Assim, a mulher dá início a passos largos e firmes, direcionando-os à conquista da sua cidadania em todas as esferas, seja ela na vida privada ou pública, reivindicando seus direitos para vivê-los com plenitude.

Atualmente, percebe-se uma mudança muito grande no perfil das mulheres, que antigamente realizavam apenas tarefas tradicionais, como cuidar da casa e dos filhos.

Elas estão competindo de igual para igual com os homens e estão correndo atrás do tempo perdido. Trabalham fora e realizam ainda as tarefas tradicionais, além de serem mãe e esposa. Tudo isso graças às lutas dos movimentos feministas a partir da década de 70, envolvendo a entrada feminina nas decisões políticas e de seus interesses na agenda governamental. (Carvalho, 2011, p.150)

É bem visível nos dias atuais que a mulher “cavou” seu espaço a duras penas pagando um alto preço, pois muitas lutas foram necessárias para alavancar a sua ascensão no cenário político, onde estão fincados os pilares do poder. Essa tarefa hoje a mulher desempenha com tanta desenvoltura e sucesso, que apesar da prevalência do poder masculino no panorama mundial hodierno, temos nos mais variados países de diversos continentes, inclusive no nosso, a mulher ocupando postos e cargos proeminentes, mostrando que a capacidade intelectual encontra-se no mesmo patamar e por vezes com notórios destaques. Assim, aos poucos e gradativamente, a cidadania vai se consolidando, mesmo que o poder masculino tente derrubar ou lutar contra.



### 1.2.1 – Emancipação feminina e seus papéis sociais

Seguimos fazendo uma reflexão acerca das relações de gênero existentes na sociedade, dando vistas à condição e ao papel social da Mulher/Mãe e em especial, quando mãe de filhos com deficiência.

“Engels (1987) entende que a igualdade entre homens e mulheres tornar-se-ia possível quando ambos tivessem igualdades de direitos. A mulher inserida e valorizada no mercado de trabalho seria uma das primeiras condições de sua “libertação”. No entanto, a história mostrou que não é assim, pois direitos iguais e participação no mercado de trabalho não foram suficientes para estabelecer a igualdade entre os sexos” (Welter, 2008, p.99)

A relação de gênero entre homens e mulheres se dá através de construções cultural, social, política e econômica que sempre impulsionaram a mulher a uma apatia e submissão perante o homem. Essa dependência e submissão se reforça, gerando uma divisão entre os gêneros de acordo com as tarefas desempenhadas no dia a dia.

No período de transição do feudalismo para o capitalismo no século XVII, ainda o papel da mulher esposa e dona de casa era muito forte. Com o advento das duas guerras mundiais, as mulheres, foram “empurradas” para a produção. A exploração com as jornadas de trabalho excessivas e salários menores foram sentidas na pele. À medida que o capitalismo se desenvolvia iam surgindo os movimentos organizados pela classe operária feminina e é nesse período que ocorre a discussão de gênero e a mesma é trazida para o centro das atenções com visibilidade da sociedade civil.

Nesse momento da história de 1960, as estudiosas feministas começam a desenvolver suas teorias com novas abordagens em torno dessa questão, e algumas concepções de gênero foram fundamentadas no conceito em torno das teorias psicanalíticas de matriz pós estruturalistas. É fato que a partir desses movimentos houver grandes avanços e impasses mais críticos e desafios enfrentados pelo movimento feminista na contemporaneidade.

Diante desse quadro de transformações é possível diagnosticar que vários modelos familiares foram surgindo, sobressaindo, destacando-se e disseminando-se por todo o mundo. Assim, é possível entender o motivo pelo qual a mulher assumiu o papel de protagonista central do cuidado, proteção social com a família, pois esse estigma foi historicamente construído, imposto e atribuído a ela desde o modelo tradicional de família “patriarcalista”, sem esquecer as particularidades desse país que tem em suas entranhas um passado escravocrata não muito distante, herança que o povo brasileiro carrega no âmbito do qual, a mulher além de ser submissa às ordens do pai, não tinha outra opção, quando se casava, trocava de “dono” e continuava à mercê das ordens de outro homem, seu marido.

Com tantas mudanças no caminhar da sociedade e principalmente para a vida da mulher, Saffioti (2004) reflete que mesmo com os avanços obtidos por elas, ainda assim, o empoderamento individual acaba fomentando a idéia que interessa ao (neo)liberalismo sustentando a tese na totalidade que se elas não conseguiram alcançar o êxito desejado, significa dizer que não se esforçaram como deveriam e não ascenderam socialmente por não serem fortes o bastante para suportar os sacrifícios necessários para o enfrentamento de uma vida tão desfavorável.

(...) “Ademais, na ausência de modelos, é importante averiguar sua existência como forma de empoderamento das hoje subordinadas, como categoria social. Empoderar-se equivale, num nível bem expressivo do combate, possuir alternativa(s), sempre na condição de categoria social. O empoderamento individual acaba transformando as empoderadas em mulheres álibi, o que joga água no moinho do (neo)liberalismo: se a maioria não conseguiu uma situação proeminente, a responsabilidade é sua, porquanto são pouco inteligentes, não lutaram suficientemente, não se dispuseram a suportar os sacrifícios que a ascensão social impõe, num mundo a elas hostil”.( SAFFIOTI,2004, p.114)

Dos anos de 1970 para cá, o empoderamento da mulher pela via das lutas feministas foi aumentando e conseqüentemente, suas conquistas também. A inserção da mulher no mundo do trabalho, os avanços tecnológicos,

a pílula anticoncepcional, o divórcio, a decisão de ter mais ou menos filhos e a opção de como se dará essa concepção em virtude da fertilização *in vitro* ou ainda por inseminação artificial (Congelamento de óvulos), entre outras conquistas, ainda assim, com todos esses acúmulos e avanços especialmente em ter autonomia com as opções de múltiplas escolhas em distintas áreas e contextos, isso não lhes ofereceu a condição de superar os resquícios de mulher que tem suas obrigações domésticas e essas amarras ainda permanecem até os dias atuais.

O papel da dupla ou tripla jornada de trabalho, associado à responsabilidade de chefiar a família é uma condição cada vez mais corrente no cotidiano da mulher.

Em decorrência dessa complexidade, capacidade, habilidade, facilidade de adaptação e dar conta de abarcar tantas funções como ser mulher, filha, mãe, esposa, avó, orientadora, motorista, trabalhadora, cuidadora, provedora, mantenedora, chefe de família, entre outras tantas atribuições, assim, ela acaba por desempenhar e exercer muitas funções e papéis que faz com mais ou menos esforço, buscando superação no amor e desdobrando-se em todos os dias e a cada dia, usando a criatividade, intuição todo o tempo, pois a sobrecarga que lhe é imposta é algo cruel, como se fora um fardo.

Percebendo-se essa capacidade que a mulher tem de exercer esses papéis e dar conta dessa demanda, é que as Políticas Públicas, em larga escala, têm dado preferência à mulher para geri-las, principalmente, quando se trata dos benefícios de transferência de renda, habitação e outras. O motivo dessa escolha está no fato de que a mulher sabe onde e como empregar esse auxílio. Nessa esteira de raciocínio, constatamos ainda, no caso de uma separação, viuvez ou qualquer outra circunstância, via de regra, a mulher fica com a responsabilidade de sustentar os filhos entre outras.

Vale salientar que com o aumento expressivo de famílias classificadas como monoparental, ou seja, aquela que é chefiada por um dos seus cônjuges e na maioria dos casos, sobretudo no Brasil a mulher é a personagem central

dessa família, pois com o decorrer do tempo tornou-se em numero expressivo e justifica-se o fato de ter adquirido direitos e deveres, conforme é reconhecida pela Constituição como entidade familiar e de acordo com a mesma é conceituada como “ a comunidade formada por qualquer dos pais a seus descendentes”. Quanto a tal questão, Diniz (2002) expõe o seguinte comentário.

A família monoparental ou linear desvincula-se da idéia de um casal relacionado com seus filhos, pois estes vivem apenas com um dos seus genitores, em razão de viuvez, separação judicial, divórcio, adoção unilateral, não reconhecimento de sua filiação pelo outro genitor, produção independente, etc.

A Constituição Federal de 1988 provocou uma enorme transformação na célula base da sociedade ao reconhecer a família monoparental como entidade familiar no seu artigo 226, parágrafo 4º. Este dispõe que “entende-se também, como entidade familiar a comunidade formada por qualquer dos seus pais e seus descendentes”. (Diniz, 2002, p. 11)

Mediante essas transformações e ressignificações dos arranjos de família, é bem possível que especificamente esse modelo tenha sua parcela de contribuição, por trazer à mulher tamanha responsabilidade que lhe atribuiu todo protagonismo, capaz de transformá-la nessa Mulher-Mãe que dá conta desses múltiplos papéis e também de todas as demandas que lhe foram impostas.

Mas, analisando todas as nuances vivenciadas pela mulher, desde sempre, ainda assim a Cultura tem o peso maior no fiel da balança para toda essa construção. No final das contas, a Mulher-Mãe se sente recompensada quando seu trabalho é valorizado ou quando recebe o carinho de um filho, ou ainda quando alguém reconhece seus esforços, e aí sim, ela entende que vale a pena ser Super-Mulher-Mãe.

A Constituição Federal de 1988, assegura a assistência à família, na pessoa de cada um de seus membros, e assim coloca-os na sociedade conjugal homem e mulher a igualdade de direitos e deveres.

A nossa Carta Magna afirma no cap. I - Dos Direitos Individuais e Coletivos - art. 5 - a igualdade em direitos e obrigações, garantindo tratamento igual a todos perante a lei.

Mesmo com as novas diretrizes, estabelecendo uma série de direitos e deveres, na realidade não se efetivou uma mudança estrutural, pois a tão sonhada igualdade jurídica pela qual as mulheres lutaram, provocou uma certa frustração e assim elas retornaram aos seus lares para desempenharem as funções domésticas que a sociedade sempre impôs e cobrou.

Conseqüentemente, a transformação no âmbito da família trabalhadora e o papel da mulher na sociedade capitalista, vêm de maneira fundamental reforçando a contribuição da mulher-cidadã para a reprodução da mão de obra barata. Assim sendo, nota-se que a categoria gênero é utilizada para demonstrar com clareza a desigualdade social e cultural, existente entre homem e mulher que têm visibilidade na esfera da vida pública e privada. Desta forma, os papéis desempenhados por cada um, vão delineando o que historicamente foi construído, criando eixos de dominação e submissão.

“Nesse contexto, Saffioti (1987) enfatiza que: a identidade social da mulher, assim como a do homem, é construída através da atribuição de distintos papéis que a sociedade espera ver cumpridos pelas diferentes categorias de sexo. A sociedade delimita, com bastante precisão, os campos em que pode operar a mulher da mesma forma como escolhe os terrenos em que pode atuar o homem.” (SAFFIOTI, 1987, p.103)

A autora Saffioti (1987) sugere que a questão de gênero não se explica tendo apenas por base as características biológicas e, portanto naturais, mas sim pelos processos que configuram um determinado padrão de relação de gênero. Contudo, percebe-se o gênero, como uma questão social, onde os

papéis são impostos ao homem e a mulher nos seus campos de ação e atuação, ou seja, a própria sociedade delimita onde ambos podem e devem atuar.

Isso significa que o gênero está de certa forma, ligado às questões políticas e econômicas em cada sociedade, surgindo e configurando-se de acordo com as especificidades e o contexto histórico vivenciado por cada uma delas. Tal fenômeno que faz parte da sociedade acompanha sua dinâmica, adequando-se de acordo com as conjunturas e os contextos históricos vividos.

A definição do papel da mulher faz parte de uma reprodução ideológica e não da construção social de gêneros. Assim, a sociedade cria e determina os papéis, minimizando as relações entre os sexos, conceitos de superioridade ou inferioridade. Portanto, a questão da Mulher/Mãe ainda é muito forte e sofre influência pelas diferentes representações.

“A forma de organização da família é um elemento relevante no modo como ela conduz o processo de socialização dos imaturos, transmitindo-lhes valores, normas e modelos de conduta orientando-os no sentido de tornarem sujeitos de direitos e deveres no universo doméstico e no domínio público.” ( Romanelli; 2003, p.73)

Este autor afirma o papel da família com importância fundamental na construção do caráter e da formação dos filhos durante a imaturidade, conduzindo-os pelos caminhos que devem trilhar. A educação é imprescindível nessa fase, pois os primeiros anos de vida do ser humano, se bem vividos, orientados, a tendência é que essa construção dê bons frutos. É no seio familiar que os valores, as normas de conduta devem ser passados para os filhos. Esse primeiro contato de educação fornecida no ambiente familiar vai forjando tenazmente o caráter do indivíduo.

Essa autoridade masculina, segundo Romanelli (2003), foi se constituindo, ao longo dos séculos, onde a mulher foi colocada na posição definida e não de definidora. Sendo assim, ter-se á desenvolvido um discurso religioso que situa o homem (varão) no plano do ser humano por excelência. O sexismo constitui assim, no Ocidente, a identificação da mulher com a sua

biologia (nomeadamente com a maternidade). O discurso cultural, em todas as vertentes, foi assim, na perspectiva das críticas do sexismo, marcado por uma naturalização da mulher versus uma “racionalização” do homem.

Ainda dentro da reflexão desse autor, o sexismo faz apologia à mulher no quesito maternidade, levando-a a outra forma de sexismo: a idealização, a transposição do discurso para a eternização do seu papel de mãe. Esta constitui o alibi para a exclusão da mulher do mundo “real”. A melhor forma de manter a mulher escravizada era exaltá-la, afastando-a da participação na construção da sociedade.

Nessa situação, a esposa não tendo autoridade sobre o marido, ao contrário, este que a exerce sempre sobre a mulher, as pendências serão resolvidas no âmbito da correlação de forças. A mulher vai usar habilmente argumentos para dissuadi-lo dos seus intentos e ao mesmo tempo vai induzi-lo a fazer o que ela quer. Nesse jogo de relações de forças, ainda fica claro que a esposa permanece em desvantagem. Mesmo assim, em algumas situações de conflitos com ele ou com os filhos, essas situações não são resolvidas abertamente entre eles, pois a esposa não reage à autoridade do marido e assim os problemas vão sendo relegados ao segundo plano, porque há o receio por parte dela de gerar ruptura na família e cabe sempre à esposa fazer o papel de conciliadora, equilibrando a coesão do grupo familiar.

A rapidez e as transformações das relações na sociedade contemporânea, colocam em xeque a autoridade dos pais que passa a ficar fragilizada diante das rejeições dos filhos quanto à obediência, pois nos dias atuais os pais dão abertura às negociações e o diálogo entre eles fica cada vez mais aberto. Percebe-se que dentro da dinâmica familiar, o enfrentamento das questões conflituosas é resolvido, até mesmo em casos extremos, com imposições estabelecidas, contrariando a vontade dos outros familiares. Em alguns casos estarão disputando o poder com o seu progenitor, colocando tal poder e autoridade em questão, reduzindo a legitimidade da autoridade do chefe de família.

Apesar de muitas mães desempenharem trabalhos profissionais fora de casa, elas conseguem administrar no pouco tempo que lhes resta todas as demandas dos filhos. Também, através dos laços afetivos, mães e filhos se entendem bem e elas conseguem atender, dominar, ter conhecimento de suas tarefas e de tudo dar conta.

A mãe tem habilidades que fazem parte das relações interpessoais, uma percepção aguçada e crítica que lhe permite diálogo aberto com os filhos, e na base da confiança e cumplicidade adquiridas através dessa relação ela, tem o poder de persuadi-los e obter qualquer informação, caso seja um problema, um conflito ou qualquer coisa que esteja se passando na vida do seu filho, até mesmo na mudança de comportamento.

Desta forma os filhos acabam revelando seus problemas à mãe e esta faz o papel de interlocutora, mediadora e conciliadora junto ao pai.

“Conforme ocorre tais mudanças, a vida doméstica tende a se democratizar, criando condições para a emergência e concretização de interesses individuais. Conseqüentemente, o familismo tende a ser gradativamente deslocado e substituído pelo individualismo.” (Romanelli, 2003, p.87)

Essas ocorrências estão presentes nas famílias de classe média, segundo o autor nos revela. A diminuição da autoridade do marido, do pai, vai cedendo espaço aos filhos que se veem cada dia mais “sujeitos de direitos” e menos “sujeitos de deveres”, dentro e fora da unidade doméstica. Dentro dessa perspectiva, a ação socializadora das camadas médias, que é fruto de mudanças em sua estrutura, concorre para que o individualismo dos filhos prevaleça sobre as aspirações de cunho coletivo.

Com o surgimento da sociedade capitalista o trabalho feminino assume plenamente a forma do trabalho assalariado, transformando a mulher em significativo contingente da classe trabalhadora.



“As mudanças operadas com o advento do capitalismo industrial não fizeram senão tornar evidentes as funções econômicas das mulheres que desempenham atividades ocupacionais fora do lar, obscurecendo, portanto, seu papel nas indústrias domésticas que antecederam o regime das fábricas gigantescas e, simultaneamente, marginalizar um grande contingente feminino do sistema dominante de produção de bens e serviços.” (Saffioti, 1976, p.52)

Fica claro nesta argumentação de Saffioti, que ao mesmo tempo foi um grande avanço a inserção da mulher no mercado de trabalho, mas também mostra a realidade da desvalorização do trabalho feminino no quesito da questão salarial. Enquanto a mão de obra masculina vai sendo substituída pela mão de obra feminina, há um interesse do capitalismo industrial contratar cada vez mais a mulher, pois salários mais baixo traduz-se lucro para o capital, sem dizer é claro que a qualidade do trabalho feminino é superior ao trabalho masculino. A mulher desempenha suas funções com mais destreza que o homem por uma serie de requisitos que são inerentes ao ser mulher, a capacidade de organização, comprometimento, habilidade, perfeccionismo e outras qualidades adquiridas, como a experiência em administrar casa e a família.

Esse período é bem no inicio da industrialização e podemos perceber que está em fase de transição, pois começa a aparecer a forte presença feminina se inserindo nos postos de trabalhos nunca antes ocupados pela mulher. Na dinâmica capitalista, com o passar do tempo a mulher vai se destacando e galgando cada vez mais degraus na sua escalada através de lutas. Mesmo com todos os avanços e conquistas o movimento ainda tem muito chão para caminhar e conseguir o lugar almejado na sociedade.

No contexto desse período, dos anos de 1970, vale ressaltar que o Brasil vivia um momento de ditadura militar, mas isso não foi impeditivo para o avanço das lutas feministas, pois a mulher não deixou de cumprir seu papel. Nessa década as lutas eram acirradas e as mulheres combatiam na linha de frente e foram para o enfrentamento em vários momentos significativos que se

configuraram. As reivindicações nessa época eram bastante conflituosas e arrojadas, pois as mulheres buscavam discutir aspectos e tendências do movimento a partir de temáticas como: trabalho feminino, participação política, liberdade sexual, igualdade de direitos, aborto, políticas públicas para as mulheres, condições de trabalho, violência e outras. Entende-se que o movimento feminista era muito bem organizado, pois tinha linha de partida e linha de chegada, ou seja, não perdia seu foco.

O foco era principalmente mudar o discurso machista que se anunciava através do conservadorismo, indo contra a naturalização do papel da mulher como: Mãe e Esposa, tão somente.

Esse período histórico mostra que o aumento do número de mulheres que vem ocupando a maioria dos novos empregos criados se efetiva até os dias de hoje. Percebe-se, nitidamente, que o crescimento da parcela de mulheres no mercado de trabalho é muito maior comparado com os homens, que ao contrário houve uma diminuição. A feminização do mundo do trabalho também se configurou em muitos segmentos do universo operário industrial, e continua até os dias atuais.

“Quando se constata que a tendência do trabalho em tempo parcial está reservada mais para a mulher trabalhadora, levanta-se a hipótese de que essa situação ocorre porque o capital necessita também do tempo de trabalho das mulheres na esfera reprodutiva, sendo isso imprescindível para o processo de valorização, uma vez que seria impossível para o capital realizar seu ciclo produtivo sem o trabalho feminino realizado na esfera doméstica.” (Antunes, 1999, p.110)

Podemos entender claramente essa questão colocada por Antunes (1999), que embora o tempo parcial na carga horária de trabalho reservada à mulher facilite a vida dela, o maior interesse não é favorecer sua vida, mas sobretudo, esse tempo lhe é dado para que as mulheres possam também ser usadas na reprodução, uma vez que o capital necessita dessa reprodução que

se tornará em mão de obra futura para que o mesmo realize seu ciclo. É evidente que ao mesmo tempo em que o capital permite condições para emancipação feminina, também acentua a exploração.

Culturalmente a autoridade masculina é tão forte que mesmo com a sua estrutura abalada, mesmo não provendo as necessidades materiais da família, mesmo não cumprindo com seu papel, a sua autoridade enfraquece, mas curiosamente não se muda. Dentro dessa complexidade a co-autora nesse processo, a mulher muitas vezes colabora para reafirmar esse papel inabalável do poder do homem, pois ela também encobre a situação frente aos filhos e a família e tenta de maneira sutil, prestigiar a autoridade do homem, para mostrar aos filhos que o pai é um exemplo a ser seguido, ou seja, ela mascara a real situação e se nega dentro desse jogo de poder.

“Primeiro convém atentar para o fato de que o Brasil é um país com tão alta exclusão de direitos que apresenta 32 milhões de crianças – adolescentes carentes, quando não em estado de miséria absoluta. Com toda essa população juvenil excluída, até que ponto se pode falar de família?”  
(Manzini-Covre, 2003, p.106)

A questão da exclusão colocada pela autora, que na atualidade esses números já aumentaram consideravelmente, justifica-se, porque as políticas públicas não dão conta de solucionar o déficit dessa carência. Conforme ressalta, mesmo com o desenvolvimento de formas fragmentárias de gestões utópicas, com o Conselho dos Direitos da Criança e Adolescente e outros serviços públicos, o fato é que esses recursos não conseguem se estender e cobrir a todos que deles necessitam. As políticas públicas têm sua essência excludente e atendem de forma fragmentada. O ser humano não é um ser indivisível, mas as políticas públicas tendem a atender de forma divisível. Elas são direcionadas para determinados setores e não na sua totalidade. Portanto, até chegar ao alcance do indivíduo, ela já perdeu seu foco ou a necessidade do indivíduo já foi suprida de outra maneira ou não.

Continuando a reflexão em torno da questão familiar, no que tange às relações que se dão no interior do espaço doméstico, podemos ver os sujeitos que sofrem a opressão e os que oprimem, portanto a situação é complexa e podemos observar que:

“A casa, o espaço doméstico, a família constituem o ambiente da violência da dominação, da tirania. E quem são os dominados? As mulheres, as crianças, os escravos, todos (sábios ou não). Aqui a família é o campo do pré-político, é o lugar das necessidades. Na Grécia, o privado não tem a conotação contemporânea, o privado é aquele privado de legislar, privado de tomar decisões, privado de direitos.” (Manzini-Covre, 2003, p.107)

Entendendo o contexto, a autora esclarece e reafirma a idéia de domínio total no espaço familiar, onde existe o dominador e os dominados. A contradição existente nessa afirmação deixa claro que os membros da unidade doméstica não possuem direito algum. Existe violência no fato de os direitos serem privados; não se pode exercer o direito em tomar decisões, em ter liberdade de escolha e outras formas de cerceamento dos direitos.

A questão da Carta de Direitos que coloca todos os homens em pé de igualdade, fica no plano teórico e caminha muito lentamente até que se cumpra em todos os âmbitos necessários.

De acordo com as mudanças ocorridas no percurso da história, a mulher alcançou novas alternativas de vida, principalmente no que diz respeito aos direitos e deveres. Hoje ela goza de prestígio dentro e fora de casa. As mulheres ocupam cargos de importância no cenário nacional e em vários segmentos da sociedade. “E por que focalizar na mulher (na realidade um tipo de mulher) o exercício de uma nova cidadania?” (MANZINI-COVRE, 2003, p.108).

Em primeiro lugar, porque a mulher é um ser diferenciado do homem pelo fato de ter uma sensibilidade aflorada na sua essência. Ela tem o amor

como instinto natural, é dotada de valores que permeiam sua vida com características próprias, como os de defesa e de qualidade de vida. Essa condição permite à mulher ser uma opositora aos valores predominantes de exclusão social que, quando alcança determinado nível desumano ela entra em cena também na defesa, fazendo o papel de guardiã, protetora da afetividade familiar. Entende-se que seja a responsável pela provisão do alimento e do espírito da prole. Em segundo lugar, evidencia-se o alcance dessa condição em que se oporá com naturalidade a qualquer situação de dominação.

Nos dias atuais, com a globalização e com o uso das tecnologias, essas mulheres estão presentes na sociedade, fazendo valer seus direitos, sejam elas simples, intelectuais, pobres ou abastadas, não importando sua condição, fazem parte dos movimentos sociais, em Organizações Não Governamentais (ONGs), em Organizações Assistenciais, em inúmeras Organizações que cuidam das crianças, dos jovens, como Professoras, Assistentes Sociais, Psicólogas, Terapeutas, e outras. É marcante também a presença delas nos Conselhos de políticas públicas, pois em maioria, vincula-se nessa luta como agentes do cotidiano.

“A meu ver esse tipo de mulher tende a desenvolver uma cidadania nova e, para caracterizá-la melhor, contraste-a com outros dois tipos de cidadania. Assim, circunscrevo brevemente um primeiro tipo de cidadania predominante na sociedade contemporânea que poderia se denominar a cidadania do “status quo”. Já se disse que é no contexto do desenvolvimento dos oligopólios e do Welfare State, que se abre um espaço específico de cidadania (no caso brasileiro, ela se torna evidente no pós-68, abrangendo das camadas médias para cima).” (MANZINI-COVRE, 2003, p.110)

Para falarmos em Cidadania brasileira, era necessário que essa fosse construída por acúmulo de experiências vividas ao longo da história, pois a cidadania no Brasil é permeada por vários aspectos não naturais, mas de maneira politicamente imposta e manipulável.

Como bem observa a autora, esse tipo de mulher desenvolveu vários tipos de cidadania. Primeiro, a cidadania que se desenvolveu no espaço da contradição, onde são geridos na exploração de regimes concorrenciais que defendem seu interesse.

O segundo tipo é a cidadania ativa que é gerada no espaço da disputa dos dois sujeitos dentro do processo da neutralização dos mesmos.

Dai surge o terceiro que se denominou cidadania nova, caracterizada e centrada no “sentir”, mais precisamente, definindo-se que o sujeito não existe em si, pois é um sujeito em constituição que significa a possibilidade categórica fixa. O homem tem a possibilidade de romper em si com o “alienado” para deixar emergir o seu “universal”.

Nesse contexto podemos notar o crescimento constante da figura feminina em áreas de trabalho que eram especificamente ocupadas pelo homem. Através das lutas feministas pela equiparação das mulheres aos homens no que diz respeito ao trabalho, na verdade nesse aspecto não houve de fato um favorecimento à mulher, nem a libertou do preconceito; ao contrário, escravizou-a ainda mais. Pensando matematicamente, o fato de as mulheres assumirem a mesma carga horária dos homens, impensadamente esse movimento feminista não observou a priori que seria mais um peso, ou uma sobrecarga nos ombros da mulher, uma vez que não foi levado em consideração que a mesma já trazia uma carga horária, por assim dizer, proveniente do seu trabalho doméstico, duplicando sensivelmente sua jornada de trabalho.

## CAPÍTULO II – (RE) PENSANDO A FAMÍLIA EM SEUS PAPEIS CONSTITUIDOS

### 2.1- A família por um viés tradicional

Pensando na construção de uma família e na concepção de filhos como consequência do casamento ou de uma simples união, é bem verdade que o casal pense na necessidade de se ter uma estrutura física para que seus componentes possam estar em segurança. Portanto:

"Quem casa quer casa. Começemos por aí. Com o casamento, o ideal é a formação de um núcleo independente, porque uma família precisa de uma casa, aliás, condição para viabilizar uma família:

(...) Eu acho que, quando a gente não tem uma casa, a gente não tem cabeça, às vezes, nem para família sabe, ?

Tendo uma casa, a gente dá mais atenção para família, para o filho, para o marido, enfim, em tudo, né ?" (SARTI, 2003, p.62)

Na verdade existe um ditado popular (quem casa quer casa) que expressa o sonho e o desejo que as pessoas têm de realizar antes ou depois da união a aquisição da casa própria. Essa necessidade tem uma série de representações, pois ter uma casa não somente significa segurança, mas também é o local onde a família vai construir as suas relações, seus projetos de vida, sonhos e ideais. A autora ressalta a formação de um núcleo independente já que essa casa é condição *sine qua non* para viabilizar uma família. Inclusive nos dias atuais as pessoas estão se preocupando mais com esse tipo de aquisição antes do casamento ou melhor os hábitos estão se modificando em função da necessidade de dividir as despesas para viabilização de um projeto futuro para ambos.

Esse "padrão ideal" é um dos requisitos exigidos de um pai de família. Não basta apenas prover as necessidades materiais, mas seu exemplo influencia na formação da autoridade. Não transmite autoridade e poder se não houver moral e caráter. Portanto, se o chefe de família não se impõe é certo

que o seu poder de mando vai enfraquecer e suas ordens não serão mais respeitadas. E para a mulher coube o papel de dona-de-casa, aquela que tem de ser dotada de sentimentos, afetividade e dignidade pessoal, no sentido até mesmo da fidelidade é também responsabilidade da mulher manter a unidade do grupo, cuidando, zelando para que tudo esteja no seu devido lugar.

A maternidade dá um caráter de privilégio à mulher, colocando-a numa posição de santificação, por isso ela se vê presa aos laços familiares e refém dos preconceitos estabelecidos culturalmente sob julgamento de outrem.

Muitos casamentos se perpetuam seguidos por acomodação dos cônjuges e até mesmo não se desfazem por motivos aparentemente de interesses econômicos e financeiros. Quanto àquelas que se casam, mas por qualquer motivo não conseguem alcançar a maternidade, sobre elas pairam também, outros tipos de julgamento, como um projeto que não se efetivou.

A mulher, ao assumir a responsabilidade econômica da família, tornando-se chefe, nesse caso a autoridade masculina sofre um abalo significativo, pois a partir do momento que o homem não supre as necessidades como teto, alimentação, educação e outros deveres e obrigações masculinas, ocorre um desprestígio, desmoralizando-o, e então configura-se uma perda para a família como totalidade. Nesse momento, a família vai buscar amparo em outra figura masculina dentro da rede familiar e essa autoridade é transferida automaticamente, uma vez que agora substitui no suprimento de tais necessidades.

“(...) quando as mulheres sustentam economicamente suas unidades domésticas, podem continuar designando, em algum nível, um "chefe" masculino. Isso significa que, mesmo nos casos em que a mulher assume o papel de provedora, a identificação do homem com autoridade moral a que confere respeitabilidade à família não necessariamente se altera.” (SARTI, 2003, p.67)



Dentro da relação de poder, a desigualdade se constitui no interior da família. De certa forma, a mulher ficou excluída da cidadania, mesmo a contra gosto e mais subserviente ao homem na esfera doméstica, desde o contexto da família patriarcalista, como já citado, onde o domínio do Marido-Pai sobrepujava a mulher e todos os membros da família. Com o casamento da filha, esse pátrio poder se transferia para o marido e assim entendia-se que a mulher era tratada como objeto de múltiplas funções e utilidades, inclusive de satisfações fisiológicas, muito longe de ser um sujeito com história social e cultural, dotada de direitos e deveres.

Portanto, dá para perceber que é no interior do lar que fica latente a ideia de que o papel atribuído à mulher como mantenedora dos valores morais e educadoras dos novos sujeitos dessa sociedade moderna foi se construindo historicamente e consolidando através das gerações.

Sobretudo revela que ao longo desse percurso, a mulher na maioria das vezes, ocupou um lugar de inferioridade, sendo excluída nos espaços públicos, relegada à reprodução e tão somente às atividades domésticas. Cada vez mais, a condição de inferioridade da mulher vai se cristalizando de acordo com o desenrolar histórico cultural de cada sociedade.

Sabe-se que sempre coube à família o papel de provedora da sociedade e de seus membros, porém com as transformações produzidas pelo desenvolvimento industrial e econômico, diversos modelos de famílias foram surgindo na sociedade moderna. Já no advento da era industrial, o modelo patriarcalista que ainda era forte na sociedade, começa a emitir sinais de enfraquecimento, pois o seu provedor já não dava conta de exercer autoridade e comando da mesma.

Com mudanças tão significativas no cenário das relações sociais, desde então, começam os reflexos da fragmentação e a perda de poder do chefe da família, uma vez que o homem se desloca de casa para trabalhar e na sequência, a mulher passa também a trabalhar fora do lar com a finalidade de ajudar o marido no sustento da família, causando profundas erosões na

hierarquia familiar, uma vez que começam a surgir os ideais da igualdade, onde seus membros são obrigados a dividirem as responsabilidades para manutenção da mesma.

“O surgimento de uma consciência crítica “feminista” e os movimentos de emancipação e libertação da mulher são fenômenos bastante recentes. Começaram a se esboçar somente a partir do séc.XVII, com o avanço do capitalismo.” (BRANDÃO; BINGEMER, 1994, p.101).

Na verdade, a socialização do indivíduo acontece primeiro no seio familiar e vai perpassando simultaneamente por outras instituições como igreja, escola, mídia, além da influência de grupos e amigos, de modo que as transformações são absorvidas pelos indivíduos ou não, pois os jovens dessa geração também começam a analisar esses conceitos, achando-os inadequados para praticá-los em sua vida cotidiana. Com essa negação, novas formas de socialização vão sendo tecidas em suas convivências.

“As formas de sociabilização existentes entre os integrantes da família organizam-se por relações estruturalmente complementares, porém de natureza distinta. A divisão sexual e etária do trabalho é um princípio fundamental que delimita posições e papéis diferenciados de acordo com o gênero e a idade dos componentes da unidade doméstica.” (ROMANELLI, 2003, p.74)

Diante dos parâmetros estabelecidos, as tarefas e os papéis de cada indivíduo nessa relação de sociabilidade vão se definindo de acordo com as posições de hierarquia, direitos e deveres específicos, porém cada um diferente do outro, pois as relações afetivas possuem diversidades de gênero, idade de seus membros e até afinidades entre eles.

É nesse processo diário que as relações de convivência vão se estabelecendo e ao mesmo tempo, sendo construídas de acordo com as imposições limitando o saber fazer de cada um. São as representações de

cada componente desse grupo que delimitam sua área de ação. Esse grupo organizado tem como eixo de sustentação, os pais, os filhos que pensam no coletivo e os elos de afetividade vão se fortalecendo tornando-os com um objetivo comum. Os pais vão traçando perspectivas e metas em vivenciar o presente, mas preparando-os para dificuldades futuras. O objetivo sempre é manter a união e o bem estar da família, no sentido de alterar até mesmo sua posição social, sobretudo, a dos filhos. Pelo menos essa deveria ser uma trajetória que muito provavelmente daria resultados positivos se fossem seguidos, mas nem sempre é assim.

Com essa nova faceta do papel da mulher no cenário familiar, as tarefas domésticas começam a ser repensadas e redistribuídas entre marido e mulher no domínio público. Então, aquilo que era atribuição apenas da mulher, começa a ser dividido com marido e filhos.

Quanto maior a participação da mulher no domínio público no aspecto profissional, mais espaços conquistados na luta das mulheres e com essa condição de provedora da família também lhe dá um novo lugar na forma de representação dentro e fora da família.

Com esses avanços e mudanças no desenrolar histórico da construção familiar, vimos que ao longo do tempo várias conceituações sobre família foram surgindo e metamorfoseando-se, pois não existe padrão ideal para definirmos tal instituição. Trataremos desse assunto a seguir com o intuito de trazer à reflexão a desconstrução dos velhos padrões e os novos rumos da família na contemporaneidade e sua nova composição.

## 2.2- Definição da Família Contemporânea

Sabe-se que sempre coube à família o papel de provedora da sociedade e de seus membros, porém, com as transformações produzidas pelo desenvolvimento industrial e econômico, diversos modelos de família foram surgindo.

Com a divisão social do trabalho, houve também a separação do mundo do trabalho e do mundo familiar, portanto novas relações foram surgindo e uma nova sociedade se estrutura e se organiza. Falar em “família” nos remete a um “modelo tradicional conservador” que é definido no imaginário do senso comum, uma composição padronizada de pai, mãe e filhos. Mas a dinâmica capitalista acaba impondo uma série de mudanças e necessidades que são estabelecidas com o decorrer do tempo, na sociedade moderna.

Transformações vão acontecendo e a sociedade vai evoluindo, modernizando-se, industrializando-se, adequando-se às novas formas, regras e normas de um novo tempo. Assim, arranjos familiares novos vão sendo construídos e constituídos, sejam por consanguinidade, por laços de afinidades e de acordo com os interesses desses indivíduos que se escolhem para o convívio familiar.

“Para Mito (1997, p.120), a família não deve ser compreendida como um simples somatório de comportamentos, anseios e demandas individuais, mas sim como um processo interativo da vida e das trajetórias individuais de cada um de seus integrantes. Neste sentido, a família pode ser definida “como um núcleo de pessoas que convivem em determinado lugar, durante um lapso de tempo mais ou menos longo e que se acham unidas, ou não, por laços sanguíneos”. (SILVA, 2007, p.3)

Depois a autora acrescenta em suas reflexões (MIOTO, 2004, p.105):

“Estamos diante de uma família quando encontramos um espaço, constituído de pessoas que se empenham umas com as outras, de modo contínuo, estável e não casual (...) quando subsiste um empenho real entre as diversas gerações”

Na esteira histórica do desenvolvimento da humanidade, as modificações e reconfigurações também vão alcançando as famílias brasileiras e não temos condições de nelas pensar com base nos modelos clássicos, muito menos como o modelo único, tradicional (pai, mãe e filho). As novas composições de família fazem parte das transformações da sociedade moderna, inclusive tendo como pano de fundo as conseqüências trazidas principalmente após a revolução industrial, que é considerada a mola propulsora para gerar esse novo produto nos moldes da família moderna.

Goldani (1994, p.12) destaca algumas características de uma nova configuração das famílias brasileiras, que teve início nos anos 1990: a redução do número de filhos; o predomínio das famílias nucleares; o aumento significativo das famílias monoparentais, com predominância das mulheres como chefes; o aumento das famílias recompostas; e o aumento de pessoas que vivem sós. Portanto, não é mais coerente falar de família, mas de famílias” (Goldani op. cit. Silva, 2007, p.3.)

Esses novos resultados e redesenhos que podemos ver e perceber de construção de famílias, na verdade não devemos entender como desvios e fragilidades, mas podemos ter um novo olhar como por exemplo, pensar em novas formas e alternativas e novas tendências de sociabilização familiar, assim novos arranjos vão surgindo, adequando-se e atendendo a novas expectativas e necessidades da vida moderna no que diz respeito também ao novo contexto econômico e cultural.

“Segundo Carvalho (2000, p.17), as famílias se alteraram, mas não perderam a sua potencial condição de assegurar a socialização, a criação dos vínculos relacionais, a proteção e a inclusão social de seus membros. Para Mito (2004, p.134), independente das formas que assume, “a família ainda é o espaço privilegiado na história da humanidade onde aprendemos a ser e a conviver”. (Carvalho op. cit. Silva, 2007, p.3).

Mais algumas reflexões de SILVA (2007) onde conclui que:

“A família se constitui num espaço de conflitos diversificados e de constantes lutas entre seus membros e entre o grupo familiar e a sociedade. Existem famílias com experiências de desigualdade, individualismo, desrespeito, autoritarismo, opressão, exploração, preconceito, falta de cuidado e de afeto, violência doméstica, abandono e etc.”

Portanto, apesar de a família se constituir em um espaço onde as relações de laços sanguíneos ou não, os quais são priorizados, o importante é como ela vai construindo seu espaço, suas formas de interatividade, afetividade, pois os conflitos fazem parte das diversidades de pensamentos, atitudes comportamentais de seus membros e outras particularidades que estes indivíduos vão enfrentar no ciclo da vida e de sua existência.

Não existe receita nem modelo a ser seguido e como afirma Mioto (1997, p.115), “a família não se constitui, a priori, como um “lugar de felicidade”, porque nem sempre ela é cuidadosa e protetora”.

Assim e ainda, os novos arranjos familiares na contemporaneidade que se configuram em nossa sociedade dos dias de hoje são bem diferentes dos moldes do passado, podendo afirmar indubitavelmente que os tempos são outros e os valores também, conforme as alterações, cultural e historicamente construídas, chegamos a parâmetros totalmente diferentes. Vemos hoje composições de família, fazendo um recorte de gênero, bem diversificadas, como famílias constituídas de dois pais e filhos, de duas mães e filhos, de casais que se separam e reconstroem suas vidas com filhos comuns provenientes dos seus ex- casamentos de cada cônjuge ou não e muitas outras possibilidades de se agregarem como família, mas para seus membros o importante é o amor, que pode ou não passar pelos laços de consangüinidade e resultar em grandes afinidades, mas com possibilidades também de se escolher e eleger aqueles quem são ideais para suas convivências familiares.

### 2.3- O mito da perfeição como reprodução social alienada

Sempre que uma família deseja ou pretenda ter filhos, vem à mente uma série de sonhos, perguntas, devaneios, e o momento de planejar esse bebê toma conta dos futuros pais. São diversas as preocupações que povoam seus pensamentos e as indagações são feitas no imaginário de cada um, como por exemplo: qual será a cor dos olhos, a dos cabelos, com quem será parecido, enfim quais as características físicas e psicológicas, qual profissão poderá ter quando crescer e assim muitas expectativas são criadas durante a gestação. É claro que a hipótese desse bebê ter uma deficiência está fora de questão, pois essa possibilidade nem é bom pensar. Na verdade o tempo todo se espera e se deseja que seja perfeito, pois nem a beleza é tão preocupante assim, se pudessem escolher é claro que a perfeição vem em primeiro lugar e se possível que seja inteligente, lindo, cabelos lisos e assim vai se criando um protótipo desse ser que antes de nascer já tem uma carreira programada para seguir, independente de sua vontade.

Mas, quando o “bebê real” é muito diferente do “bebê imaginário”, vários sentimentos podem tomar conta do coração dos pais: o medo, a raiva, a culpa, o desconhecido e a compreensão do motivo de estar acontecendo com a família, o desespero, a ansiedade, entre outros sentimentos que podem aparecer durante o período da espera. Conviver com toda essa gama de sentimentos é muito difícil, pois para a sociedade é comum não pensarmos e aceitarmos aquilo que não é padrão, ou que não é constituído como regra e aceito.

“Quando duas pessoas planejam ter filhos, nunca se imagina um bebê com alguma deficiência, sendo esta algo não desejado. Ninguém aprende ser mãe de uma criança deficiente antes de tê-la, conforme a autora Cerveny (2004), quando a criança brinca de boneca, ela treina ser mãe de um bebê saudável e isso também ocorre com outros papéis dentro da família.”  
(COLISSI-WENDLING,1998,p.5)

A identidade dessa criança vai se tornando algo tão consistente que se pensa sempre no belo, no perfeito, saudável e outros atributos, que acaba se

concretizando de forma impensada e alienada. Essa construção vai se reproduzindo e transformando no mito do filho perfeito. Qualquer coisa fora desse padrão idealizado em suas mentes, fogem a todas às expectativas do aceitável.

Analisando a importância da família viver em sociedade, podemos assinalar que esta instituição tem o poder de influenciar e transformar os indivíduos, pois existem uma série de condutas e sentimentos que são determinantes para explicar e entender os seus relacionamentos e respectivo funcionamento, pois a família tem grande desempenho e responsabilidade na determinação do comportamento humano, na formação da personalidade, no curso da moral, da evolução sócio-mental e no estabelecimento da cultura e das instituições.

Com o olhar voltado para a família, podemos ver e perceber, através do seu ciclo vital, ou seja, as etapas que ela vive e se desenvolve, que não é algo engessado e imóvel, pelo contrário, é um processo dialético, sempre em transformação, podendo ser analisado social e historicamente construído.

“Com a chegada de uma criança, o subsistema parental é formado. As mudanças são sentidas pelos pais em diversos contextos do cotidiano e a partir desse momento devem organizar para os primeiros cuidados do bebê. O nascimento de uma criança gera mudanças em toda a estrutura familiar. Segundo Bradt (1995, p.206), não existe nenhum estágio que provoque mudança mais profunda ou que signifique desafio maior para a família nuclear e ampliada do que a adição de uma criança ao sistema familiar.”  
(COLISSI-WENDLING,1998, p.3)

Diante desse cenário, existem mudanças de parentalidade que envolvem drásticas readaptações das identidades individuais de cada sujeito. As transformações são visíveis, pois a condição de individualidade de cada membro se modifica, pois o marido passa a ser pai, a mulher passa a ser mãe, assim como o relacionamento do casal muda para condição de unidade familiar.



Com o nascimento de um bebê, toda estrutura familiar se modifica e distribuem-se novos papéis e funções no seio familiar. Os sobrinhos são também primos, os irmãos tornam-se tios e pais se tornam avós.

“Conforme Prado (2004), as famílias com portadores de deficiência possuem uma grande dificuldade para ultrapassar as outras etapas do sistema familiar. As famílias com um membro portador de deficiência tendem a enfrentar obstáculos muito maiores do que qualquer outra família.”  
(COLISSI-WENDLING,1998, p.6)

Diante de tais circunstâncias, a família que possui membro ou membros com deficiência, terão mais obstáculos a serem superados do que qualquer outra família, pois as coisas se tornam mais difíceis até pelo fato de lidar com algo desconhecido. A chegada de uma criança com deficiência muda toda e qualquer organização familiar existente. Haverá no entorno dessa família uma necessidade de mudanças em vários aspectos. O fator emocional da família quanto ao modo de tratamento dado a essa criança quando é recebida pelos pais e pelos outros membros da mesma. Os relacionamentos podem sofrer desequilíbrios, cabendo aos genitores adequar-se e reorganizar os novos papéis que cada membro irá desempenhar. Haverá um impacto para o casal, trazendo grande desestruturação e até mesmo desestabilização da família. Em alguns casos essas alterações poderão ser traumáticas e dependerá de suas crenças, preconceitos, valores e experiências anteriores. Desta forma é necessário que haja uma reorganização dentro do ambiente familiar, e isso pode e deve acontecer através de muito diálogo, compreensão, aceitação de todos, mas na prática a realidade nem sempre é assim.

Sabemos que a questão do preconceito começa no exato momento do diagnóstico dado pelo médico quando o bebê ainda está no ventre da mãe. Os pais recebem a notícia como uma sentença de morte e o chão se abre debaixo de seus pés. E agora, o que fazer?! De quem é a culpa?! Existe tratamento intra-uterino?! Seria melhor um aborto?! Teremos que lidar com tal infortúnio?! Nesse momento um fator muito importante vai ser decisivo na busca dessas respostas: é a questão da afetividade que já existe entre mãe e filho. O tipo de

vínculo estabelecido nessa relação ainda no útero, também vai ter importância fundamental na aceitação e nas relações mentais que a mulher tem de si mesma com o seu futuro filho.

Para ter um bebê com deficiência ninguém está preparado, pois todos desejam, esperam e planejam o contrário, até porque os avanços tecnológicos permitem escolher e ter um filho lindo, saudável, inteligente, maravilhoso, cabelos lisos, cor dos olhos, o sexo, ou melhor, pode-se escolher o protótipo do bebê Johnson, mas para a perfeição física não há garantias.

Para essa questão de se ter o bebê ideal, os cientistas já estão criando várias alternativas para a mulher, dentre elas as técnicas existentes que permitem às mulheres congelarem seus óvulos mais cedo na fase da sua juventude para que no futuro, quando quiserem ter seus filhos mais maduras e com situação econômico-financeira já estabelecida, façam-no sem receios.

## 2.4- Dimensão Cultural sobre pessoas com deficiência

A autora Debora Diniz (2007) aborda em seu livro “O que é deficiência” as questões de saúde pública e a justiça social em relação ao deficiente. Diniz (2007) aponta que o conceito de deficiência é extremamente complexo que reconhece o corpo com lesão, faz denúncia à estrutura social que exclui a pessoa com deficiência do contexto social.

“Habitar um corpo com impedimentos físicos, intelectuais ou sensoriais é uma das muitas formas de estar no mundo. Entre as narrativas sobre a desigualdade que se expressam no corpo, os estudos Habitar sobre deficiência foram os que mais tardiamente surgiram no campo das ciências sociais e humanas. Herdeiros dos estudos de gênero, feministas e antirracistas, os teóricos do modelo social da deficiência provocaram uma redefinição do significado de habitar um corpo que havia sido considerado, por muito tempo, anormal.” (DINIZ 2007, p. 9)

No desenvolver do assunto a autora faz uma crítica ao conceito de anormalidade como explicação para a deficiência, sendo tal conceito um julgamento estético baseado em valores morais. Esse conceito social de deficiência como anormalidade era utilizado, em um primeiro momento, como justificativa para o enclausuramento das pessoas com lesões físicas e mentais graves.

É a partir dessas condições de maus tratos em que viviam as pessoas deficientes institucionalizadas que se desenvolveu o modelo social, que foi marco teórico nos estudos da deficiência e que permitiu enxergar além da medicalização das lesões.

Com essa desconstrução da imagem do deficiente como pessoa anormal promovida pelo modelo social, a UPIAS<sup>2</sup> (Liga dos Lesados Físicos

---

<sup>2</sup> UPIAS foi fundada em 1972 por Paul Hunt quando convidou pessoas com deficiência para formar um grupo visando enfrentar as questões da deficiência. Essa organização surgiu no Reino Unido e foi uma das primeiras a lutar pelos direitos das pessoas com deficiência, a

Contra Segregação) começou a ganhar mais espaço e difundir a ideia de que a exclusão social pela qual passavam as pessoas com deficiência, não era ocasionada pelas lesões dos corpos, como colocava a medicina. Mas esta adivinha, na verdade, do desamparo social e político para com as diversidades corporais.

Esse movimento social promovido pela UPIAS, junto a outros movimentos de memórias (mulheres, negros), conseguiu dar destaque a deficiência física, mostrando que as pessoas com deficiência sofriam e sofrem constantemente com experiências de opressão.

“Essa passagem do corpo com impedimentos como um problema médico para a deficiência como o resultado da opressão é ainda inquietante para a formulação de políticas públicas e sociais.” (Diniz, Debora, 2007, p. 11).

Com esse destaque que a deficiência adquiriu, começou-se a notar a necessidade de rever o modelo social da deficiência. Passou-se a colocar o corpo no centro das discussões, em torno da justiça para os deficientes, visando a ter melhor e mais profunda interpretação sobre a deficiência. Com isso foi possível entender também que a deficiência pode não ser apenas fruto do acaso, esta pode ser adquirida por indivíduos, após longos anos de trabalho mecânico, ou até mesmo por idosos, devido ao desgaste gradual do corpo.

Essa inclusão do idoso no universo da deficiência foi de grande relevância, pois alavancou o debate em torno do assunto. Passando a se ter a visão da deficiência como um problema social que necessita da implementação de políticas de saúde pública e direitos humanos, com foco em medidas de reparação das desigualdades, o que foi uma grande conquista.

---

mesma era composta por deficientes, incluindo seu fundador, logo, era uma organização de deficiente para os deficientes, sendo esse seu diferencial.

Diniz (2007) também destaca em sua obra, a revisão do modelo médico em relação à catalogação de lesões e deficiências pela OMS<sup>3</sup> (Organização Mundial da Saúde na ICIDH (Classificação Internacional de Lesão, Deficiência e Handicap). Esse catálogo padronizava as nomenclaturas das lesões e deficiências para fins comparativos e políticas de saúde. Porém, o uso desse novo vocabulário médico causou um retrocesso no debate sobre a deficiência e pôs em risco as conquistas obtidas, através do modelo social da deficiência.

Por outro lado, a publicação da ICIDH também proporcionou o início de uma fase de grande crescimento intelectual para o modelo social, que tentou e conseguiu frear o revigoramento do modelo médico, ao demonstrar a fragilidade dessa ICIDH em relação ao enfrentamento da questão política da deficiência.

A ICIDH passou por uma revisão na década de 1990 apoiadas por movimentos sociais de deficientes e entidades acadêmicas, após ser bastante criticada por ser uma forma de retomada da medicalização do corpo com lesões. Tal revisão acabou com a publicação da CIF (Classificação Internacional de Funcionalidade, Deficiência e Saúde), em 2001. Com a CIF a deficiência passou a ser uma questão pertencente aos domínios da saúde, tentando-se assim, integrar os modelos médico e social da deficiência, sendo um marco nos estudos, apesar das críticas.

Outra crítica que desencadeou mais uma revisão do modelo social, proveio da perspectiva feminista, que desejava mostrar que o cuidado também

---

3 Organização Mundial de ou da Saúde (OMS) é uma agência especializada em saúde, fundada em 7 de abril de 1948 e subordinada à Organização das Nações Unidas. Sua sede é em Genebra, na Suíça. A OMS tem suas origens nas guerras do fim do século XIX (México, Crimeia). Após a Primeira Guerra Mundial, a SDN criou seu comitê de higiene, que foi o embrião da OMS. Segundo sua constituição, a OMS tem por objetivo desenvolver ao máximo possível o nível de saúde de todos os povos. A saúde sendo definida nesse mesmo documento como um estado de completo bem-estar físico, mental e social e não consistindo somente da ausência de uma doença ou enfermidade. A OMS supervisiona a implementação do Regulamento Sanitário Internacional, e publica uma série de classificações médicas, incluindo a Classificação Estatística Internacional de Doenças (CID), a Classificação Internacional de Funcionalidade, a Incapacidade e Saúde (CIF) e a Classificação Internacional de Intervenções em Saúde (ICHI). A OMS publica regularmente um Relatório Mundial da Saúde, incluindo uma avaliação de especialistas sobre a saúde global.

é uma demanda de justiça social dos deficientes, uma vez que a independência não deveria ser tomada como valor central do modelo social, sendo a dependência inevitável a vida social. A crítica feminista também permitiu que passassem a levar em consideração o ponto de vista dos cuidadores dos diferentes, além da perspectiva dos deficientes. Tal crítica teve o papel fundamental de revelar outros protagonistas do universo da deficiência que podem ser os pais, parentes e pessoas com quem não tem vínculo familiar (como é o caso dos enfermeiros) que lidam direta e diariamente com pessoas deficientes.

“A anormalidade é um julgamento estético e, portanto, um valor moral sobre os estilos de vida, não o resultado de um catálogo universal e absoluto sobre os corpos com impedimentos.” (DINIZ, 2007, p. 23).

A reflexão proposta por Diniz (2007) permite a compreensão de que a deficiência provém de uma relação complexa entre as condições de saúde de um indivíduo e os fatores pessoais e externos, e também perpassando pela dimensão cultural do preconceito construído ao longo da história da humanidade a deficiência um conceito que congrega a concepção médica de lesão e os aspectos negativos da interação entre o deficiente e o contexto social. Reflexões que nos fazem avançar em direção à concretização de um projeto social para os deficientes, que é integração destes na sociedade.

## 2.5 - A chegada do membro com deficiência: E AGORA, O QUE FAZER ?!

Quando é chegada a hora de receber o diagnóstico médico que o “bebê real” é muito diferente do “bebê imaginário”, vários sentimentos podem tomar conta do coração dos pais: o medo, a raiva, a culpa, o desespero, a ansiedade, entre outros sentimentos. Conviver com toda essa gama de sentimentos é muito difícil, pois para a sociedade é comum não pensarmos e aceitarmos aquilo que não é padrão, ou seja, aquilo que não é constituído como regra e aceito.

Muitos questionamentos são feitos, quando não acontece a chegada do filho perfeito. A saúde que seria o mais importante requisito para essa criança, não veio na bagagem. E agora o que fazer? A insegurança toma conta dos pais que não sabem como lidar com a patologia, que podem ainda não saber qual é, pois existem alguns tipos que a ciência ainda não deu conta, nem a medicina sabe responder. Só lhes restam a espera do nascimento do bebê e às vezes, alguns pais optam por silenciar o fato, sem contar para o restante da família até mesmo tentando esconder depois do nascimento. No momento do recebimento da notícia, o sentimento de luto invade os corações e todas as expectativas e planejamentos de um filho lindo e perfeito.

Mas também existem famílias que absorvem bem e assumem imediatamente com naturalidade o bebê com deficiência e assim o amam desde o primeiro minuto do seu nascimento.

Com o passar do tempo, os membros dessa família aprenderão a lidar com essa nova realidade. Enfrentarão e passarão por várias fases, cada família apresentará maneiras diferentes e reações diversas nesse processo de compreensão e aceitação desse filho, irmão.

O primeiro momento será a fase do choque, onde tentarão buscar culpados, querendo obter respostas para saber o porquê da ocorrência; o segundo momento é a fase da negação na qual vão em busca de um diagnóstico errado ou de cura, face ao o inconformismo, à não aceitação e

assim esgotando todas as esperanças; o terceiro momento é a fase de vivenciar o luto, quando há o afastamento do mundo real e abate-se sobre os pais a sensação de cólera; o quarto momento é a fase da convivência com a realidade e nesta fase o desequilíbrio é grande entre aceitação e rejeição do bebê, algumas vezes tendo facilidades e outras, dificuldades sobre como lidar com filho deficiente; no quinto momento é a fase das expectativas diante do futuro que desponta, onde há uma grande variação entre medo, insegurança, preconceito e outros sentimentos que lhes invadem<sup>4</sup>.

Podemos afirmar que nem todas as famílias passarão por todo esse processo. Algumas vão reagir de forma positiva com maior aceitação desse novo membro na família. Ao contrário de outras famílias que terão uma dificuldade maior em aceitar e receber essa criança deficiente.

Dependendo da receptividade da família com esse novo membro, isso vai influenciar muito no desenvolvimento dessa criança. Há famílias que se acomodam diante do problema e não vão para o enfrentamento do mesmo, no momento em que deveriam buscar ajuda de profissionais especializados em busca de tratamento. Ao contrário de outras famílias que na esperança de buscar a cura, enfrentam o assunto de maneira positiva e também na perspectiva de proporcionar melhor qualidade de vida, confirmando, assim, as expectativas da maioria das famílias indagadas no campo de estágio no qual estive inserida.

Cada etapa vivenciada exige muito empenho por parte da família e em especial da mãe, que é a protagonista principal ao assumir a tarefa do tratamento que pode ser para toda vida, pois dependendo da patologia há tratamento, mas não há cura.

---

<sup>4</sup>COLISSI, Aricelli Natus; WENDLING, Maria Isabel, Pai de filhos com Deficiência Mental: Sentimentos, Vivências e desafios perante a sociedade. Disponível em <<https://psicologia.faccat.br/moodle/pluginfile.php/197/course/-Selection/1998/aricelli.pdf>> Acesso em 19 de Agosto de 2015.



É nesse momento de enfrentamento da realidade que cada membro da família acaba não assumindo seu papel solidário, pois cada um pensa em si só e a sobrecarga fica nos ombros da mãe, que terá de dar conta de mais esse papel que histórica e culturalmente vem sendo construído pela própria sociedade, onde o pai já tem um papel definido de apenas trabalhar para o sustento da família, ou seja, a mãe que também tem de trabalhar, mas simultaneamente terá de dar conta de mais essa atribuição. Então, percebe-se, que nesse caso, não há redistribuição de papéis e sim uma imposição dos mesmos onde a essa mulher não é dada escolha.

Pode-se afirmar que a reação dos pais diante dos obstáculos enfrentados vão contribuir de forma negativa ou positiva para a evolução da deficiência do seu filho que poderão ajudar ou atrapalhar. Poderão ocorrer frustrações, ansiedade, angústia, depressão, caso esse procedimento e entendimento seja de perda. Se a expectativa se desse por outra ótica, buscando superação dos desafios, coisas novas seriam descobertas e a cada dia os obstáculos poderiam ser superados e seus objetivos alcançados dentro das limitações ou não de cada um. Mas, uma coisa é certa, a tentativa sempre é buscar pelo menos que seu filho tenha, sobretudo, qualidade de vida.

Assim, pudemos observar no campo de estágio o modo de lidar com a deficiência de cada Mãe diante de situações distintas, onde a insegurança e a angústia tomam conta de cada uma delas. Mas o que todas têm em comum e que é nítido perceber que quanto ao futuro de seus filhos elas têm certeza de que é incerto e duvidoso, pois o preconceito é a maior barreira a ser enfrentada pelos filhos e o mais doloroso é saber que não tem como livrá-los nem protegê-los de tal infortúnio, pois querendo ou não, terão que passar por isso, pois a sociedade tem um olhar cruel sobre o ser diferente. De qualquer forma o cuidado com o filho sempre recai sobre os ombros da Mulher-Mãe que muitas vezes repassam para avós, tias, irmãs e assim sempre para uma figura feminina. Raramente esse encargo fica com o pai, pois este sempre prioriza o trabalho com a justificativa de que a ele cabe a provisão material.

### 2.5.1 – O papel feminino do cuidado

Como já vimos anteriormente e voltamos a reafirmar, essa tendência do cuidado, com raríssimas exceções, sempre coube a Mulher-Mãe e sempre teremos a cultura como pano de fundo nessa construção histórica. É muito transparente e visível as circunstâncias, as quais sempre coube esse papel à Mulher-Mãe, uma vez que a ela foi dado o privilégio da maternidade como grande honraria, portanto é quase que obrigatório ela e tão somente ela ter o dever e a obrigação de cuidar. Ao pai nada cabe na questão do cuidado, e isso é naturalizado, pois vivemos em uma sociedade altamente falocêntrica.

O entendimento dessa historicidade implica na importância de se romper com esses paradigmas socialmente construídos, que posicionam a Mulher-Mãe geradora de filho deficiente na condição obrigatória de ser responsável pelos cuidados e sobrevivência desse ser. Parece existir implicitamente uma culpabilização a esta mulher o fato da doença.

Ninguém Nasce Deficiente. Mas É “Fabricado”

Há outro perigo, talvez ainda maior, quando se trata de aceitar as limitações de outras pessoas. Às vezes, consideramos limitações qualidades que constituem, na verdade a força do outro. Talvez nós ressentamos em relação a elas porque não são exatamente as qualidades que esperamos da outra pessoa. O perigo se encontra na possibilidade de que não a aceitemos a pessoa como ela é, mas tentemos transformá-la naquilo que esperamos. (Buscaglia, 2006, p.18)

Quando uma mulher sai de casa, deixando o filho para trás sob os cuidados do marido ou de outros membros da família e abandona o lar, não suportando mais desempenhar o papel que lhe coube, certamente que essa mulher será julgada e crucificada pela sociedade, pois esse ato é inadmissível vindo por parte de uma mãe. Mas quando o fato acontece ao contrário, ou seja, o abandono por parte do pai, então isso gera normalidade. A sociedade não faz severas críticas. Não estamos aqui nesta comparação dizendo o que é certo ou errado, mas observando como a sobrecarga imposta à mãe é pesada.

Como citado anteriormente, na fase do estágio onde estive inserida, pudemos observar e até mesmo indagar de algumas mães sobre diversos assuntos, mas, sobretudo, como elas reagiram com a notícia da patologia do

seu bebê, pois esse sempre foi o ponto mais instigante para a escolha deste conteúdo e também pela pouca literatura sobre essa questão de pensar sobre a Mulher-Mãe de deficiente. O que pudemos perceber é que existe grande quantidade de estudos, pesquisas e literaturas que tem foco direcionado a vertentes, como preconceito, desigualdade, deficiência, discriminação e outros, mas aqui o intuito é tentar contribuir para reflexão do ponto de vista de como a mulher se sente e até mesmo solidarizar com a dor que se traduz em sentimentos hostis e dolorosos para a mulher.

Sempre questionamos/indagamos como elas conseguem dar conta de cuidar desse filho deficiente, isto é, quando às vezes são dois ou três filhos com deficiência diferentes e todo o resto da família que também necessita de atenção , pois as demandas diárias de uma mãe são tantas e todas elas com igual importância e nunca tem fim, pois cada dia é um recomeço, até porque filho é para toda a vida. Então pude ver de perto muita dor, cansaço, vergonha, desesperança, inquietude e sofrimento nos olhos daquelas mães, mas em especial de uma mãe que respondendo as perguntas a ela dirigidas, e com o olhar perdido no infinito respondeu-me sem qualquer cuidado ao falar: ( ... ) “Até hoje não consigo entender o que houve e porque aconteceu comigo, parece um castigo, às vezes tenho vontade de sumir, morrer”(...). Mas voltando à realidade, retomou os sentidos e disse: “Como não sei o motivo disso ter acontecido, melhor não pensar muito, pois esses pensamentos me torturam e me incomodam.” (Relatório de estágio, sujeito X, 2014)

Esse diálogo, em especial, foi muito tocante e triste, pois na verdade teve um tom de desabafo e isso confirma de certa forma a situação sofrida, principalmente na pele da mulher quanto à questão das pressões advindas do meio social que fazem gerar sentimentos desagradáveis. A sensação é que já conseguem visualizar previamente todo caminho da dor que vão enfrentar por si e por esse filho.

Esse processo de lamentação, detonado pela primeira tomada de consciência da deficiência, é basicamente formado por lágrimas, decepção e descrença. Com frequência os pais expressam esses sentimentos através do desejo de que o problema não existisse, da dúvida sobre a verdadeira identidade da criança ou até mesmo, como declarou Pearl Buck, de modo mais drástico, através do desejo de morte da criança. Esse é também um

período de questionamento. Por que eu? Um tempo para descobrir uma explicação. Será que Deus está nos punindo? Um período de culpa. Se ao menos tivéssemos procurado aquele outro médico... Se eu não tivesse tomado aqueles comprimidos...

Algumas mães sentem-se pessoalmente responsáveis pela condição em que seu filho vem ao mundo. Culpam-se por não terem sido mais cuidadosas durante a gestação. Perguntam-se se terá sido algo que fizeram ou não fizeram. (Buscaglia, 2006, p.106)

A maioria dessas mães que muito provavelmente estão lá até hoje na Instituição onde se deu o estágio, tem filhos com Síndrome de Down, Autismo e muitas outras Síndromes. A falta de respostas da medicina e a angústia que se forma no ventre dessas mães, segundo Buscaglia apresenta em seu livro, *Os deficientes e seus pais*, (2006), muito se dá em função de não existir um preparo ou uma orientação a equipe médica que diagnostica tal patologia e simplesmente relatam o fato aos pais com uma verdade nua e crua, sem muita cerimônia, impactando para sempre o psicológico desses pais. E por conseguinte, quando recebem a notícia, também vão querer orientações desses médicos às quais eles simplesmente não sabem o que dizer e então os encaminham para outros profissionais, tais como psicólogos, terapeutas entre outras especialidades, criando um distanciamento entre médico e paciente. A falta de humanização da medicina, é algo que precisa ser trabalhado, pois se nesse momento eles estivessem preparados, talvez a dor pudesse ser minimizada. Mas, um misto de amargura, arrependimento, culpa, ódio, sensação até de pecado, são criados no subconsciente da Mulher-Mãe e a repulsa instantânea desse filho que segundos atrás era muito amado, agora é rejeitado com a sentença de morte que chega com uma notícia trágica e dolorosa e lhe resta apenas velar. Mas esse filho não morreu, o que morreu foi a criação ideológica daquilo que é aceitável pela sociedade, aquilo que inconscientemente foi construído e reproduzido alienadamente. O “Ser” perfeito, porque ser diferente não é normal.

“Há uma história espanhola ao mesmo tempo divertida e perturbadora que fala de uma terra onde os habitantes, um a um, descobrem que estão desenvolvendo caudas! Para o seu horror, os primeiros a produzirem tal apêndice, semelhante aos dos macacos, fazem o que podem para escondê-lo. Desajeitadamente enfiam suas caudas em calças e camisas largas a fim de ocultar sua estranheza. Mas ao descobrirem que todos estão desenvolvendo caudas, a história muda de modo drástico. Na verdade, a cauda revela-se de grande utilidade

para carregar coisas, para dar maior mobilidade, para abrir portas quando os braços estiverem ocupados. Estilistas de moda começam a criar roupas para acomodar, na verdade, acentuar e liberar as recém-formadas caudas. Logo, começam-se a usar adornos para chamar a atenção a esta novidade. Então, de repente, aqueles que não desenvolveram caudas são vistos como esquisitos, e começam freneticamente a procurar formas de esconder tal fato, comprando caudas postiças ou retirando-se completamente da sociedade “de cauda”. Que vergonha, não ter cauda!  
Em nossa cultura, encontramos com frequência exemplos de tal atitude. ( Buscaglia, 2006, p.20)

É bem provável que possamos sugerir algumas alternativas, pois muitas falhas foram observadas através dessa pesquisa com relação às informações e talvez assim, facilitaria a vida dessas famílias no trato com o deficiente. Para tanto seria preciso que houvesse um melhor aprimoramento em vários setores do poder, tanto na esfera política, quanto as organizações governamentais, não governamentais e afins. Em primeiro lugar a informação advinda para essa família sobre o diagnóstico revelando uma patologia durante exames no pré natal deveria se dar com detalhes mais concisos, pois o novo já assusta, ainda mais quando vem acompanhado de uma deficiência. A questão é que essas famílias são abandonadas e jogadas à sua própria sorte, pois vão ter que descobrir suas soluções de porta em porta e sempre atrás de profissionais para solucionarem ou minimizar seu sofrimento. Na verdade um atendimento com uma equipe multidisciplinar seria uma forma de respostas de apoio para as muitas perguntas que virão, uma vez que, de imediato o próprio médico não está preparado para responder.

A educação deveria ter um papel mais ativo e atuante sobre a questão do preconceito na desconstrução de alguns fatos estigmatizantes sobre o indivíduo deficiente, mas ao invés disso há uma separação, ou seja uma real segregação, principalmente nas escolas, onde se dão as piores relações de sociabilidade, pois o bullying está presente como forma de zombaria por causa da diferença e a não aceitação de alunos deficientes com a desculpa de que a escola não esta preparada par recebê-los.

Vemos também um fato gritante quanto à acessibilidade para os deficientes que é algo inexistente para as administrações públicas, pois o acesso além de quase não existir, temos vias públicas de difícil acesso até

mesmo para quem não tem deficiência, imaginemos então para aqueles que dela necessitam. Não existe nenhuma preocupação para o bem estar desse cidadão.

Essas e outras questões estão sendo colocadas com o intuito de proporcionar uma vida com melhor qualidade, respeito e dignidade as pessoas com deficiência.

## CONCLUSÃO

Este trabalho buscou mostrar ao longo da sua execução alguns aspectos sobre os sentimentos gerados na Mulher-Mãe, principalmente quando se tem filho com deficiência e também pontuando algumas questões da sobrecarga dessa mulher no que tange assumir o cuidado desse ser e todas as multiplicidades de papéis que lhe são impostas, naturalmente desde a sua formação e essa construção até os dias atuais.

Esse tema foi escolhido por se tratar de assunto bem atual, bastante discutido, mas sempre sob a perspectiva do preconceito voltado para o deficiente em relação ao enfrentamento para com a sociedade e também com o olhar voltado sob a ótica do estigma que se criou culturalmente a obrigação da mulher-mãe para com o cuidado desse “ser”. Pouca literatura se tem encontrado nessa direção e isso motivou a reflexão, aguçando o interesse para essa vertente, abordando o âmago da questão.

A princípio, procuramos analisar alguns aspectos da Cultura e suas determinações no contexto de gênero, pois esta é a maior responsável pela construção histórica onde os valores perpassam para futuras gerações e vão se dando as relações sociais de acordo com seus costumes onde vimos permanentes tentativas de se reproduzir a cultura material do capitalismo exacerbado com uma lógica consumista, sendo ditada pelos grupos privilegiados. No caso brasileiro vimos que essa herança cultural vem sendo historicamente construída desde o período colonial e ainda se mostram claramente seus resquícios do preconceito fundantes à mulher até os dias de hoje.

Ainda no decorrer das relações de gêneros abordados na sequência, observamos o reforço à submissão feminina quanto à discriminação contra a mulher e a desigualdade, nascendo dessa subordinação ao homem e cada vez mais a cultura massificando e sustentando os velhos padrões patriarcais, onde a figura da mulher é decorativa senão propriedade particular desse homem, quando pai ou marido. Observamos também o fato bíblico, onde se legitima essa subordinação, quando a narração bíblica reforça que a mulher foi feita da

costela de Adão entendido por alguns autores como a inferiorização da mulher em relação ao homem. Nota-se também que o arcabouço teórico da jurisdição brasileira se reforça no direito romano, onde confirma que a mulher é considerada propriedade do homem.

Nesse mesmo tópico pudemos ver o desenrolar da história mostrando o início da construção da cidadania da mulher após o advento do iluminismo e a tríade dos ideais da Revolução Francesa, corroborando com a primeira conquista feminina rumo ao sufrágio universal, dando um pontapé inicial para a base da cidadania da mulher com muitas lutas e conquistas promovendo mudanças sensíveis no espaço social e público que antes era regido hegemonicamente pelo homem.

Apontamos que após crescentes avanços com as lutas feministas pudemos assistir o empoderamento da mulher perante o processo de construção da cidadania na busca da equiparação dos direitos e deveres na igualdade de gênero. Assim a mulher foi galgando seu espaço saindo da condição de subjugada e subindo degraus na escalada da disputa política, chegando a conquista máxima de poder no que tange inclusive dirigir o país, chegando ao ápice do poder na esfera pública.

Na sequência, passamos a analisar os elementos constitutivos da família no contexto da visão patriarcal, onde o núcleo era formado por pai, mãe e filhos, e o casamento era o primeiro passo para se chegar a essa estruturação contando com o espaço físico que também era necessário para dar segurança a essa família. Esse “padrão ideal” de família havia seus papéis definidos, onde ao homem cabia a provisão para sustentação dos mesmos e a mulher tinha a função e o dever de manter a ordem e a harmonia familiar administrando todo e qualquer conflito caso existisse. Com as mudanças ocorridas e as transformações dos avanços da sociedade, a divisão social do trabalho vai redesenhando essa configuração e fortes erosões acontecem na hierarquia patriarcal, onde a perda de poder abala as estruturas desse modelo familiar e novos arranjos vão surgindo. A mulher começa a se deslocar para o trabalho fora do lar, o desenvolvimento social e econômico vai criando novas



perspectivas de vida e as tarefas domésticas já começam a ser divididas com intenção de igualdade.

Uma nova concepção de família na contemporaneidade começa se delinear no espaço e tempo, novas formas e novos arranjos de família vão sendo constituídos de acordo com a vontade e necessidades desses indivíduos que fugindo ao padrão tradicional se completam com vínculo afetivo sem se prender ao gênero, podendo esta se dar e construir com dois pais e filhos, duas mães e filhos, pais separados com filhos provenientes de ex-casamentos ou de qualquer outra composição. Elas podem se alterar, mas não perdem a condição de assegurar a socialização, a criação dos vínculos relacionais, a proteção e a inclusão social desses indivíduos. Nessa reflexão sobre a família contemporânea vale ressaltar que não há receita, nem modelo a ser seguido, pois a tônica aqui é a busca da felicidade.

Entramos a seguir na discussão da maternidade e deficiência e como lidar com essas questões. De início estabelecemos a dimensão da cultura como forma de abrir as entranhas do preconceito em relação às pessoas com deficiência, onde tal patologia era vista como conceito estético baseado em valores morais. Historicamente essa deficiência era vista como anormalidade com o intuito de enclausuramento dessas pessoas que possuíam lesões físicas e mentais graves. Com a argumentação de que essas pessoas eram um risco para a sociedade e que deveriam viver excluídas do convívio com pessoas “normais” e eram institucionalizadas. A partir dos maus tratos em que viviam nesses recolhimentos, foi desenvolvido o modelo social e começou-se um movimento de desconstrução da imagem do deficiente e com isso ganhou-se espaço para difundir a ideia de que a exclusão vivida por essas pessoas com deficiência não era ocasionada pela lesão dos seus corpos, mas essa era a visão usada pela medicina, que não tinha respostas para os questionamentos sobre a deficiência. Essa reflexão trouxe o start, para pesquisas trabalhos diferenciados e específicos principalmente no psicológico do ser humano, com o objetivo de buscar a desmistificação da visão dada pela medicina

Vimos também a seguir, como a sociedade tem dificuldades de aceitar a questão da deficiência e acaba rejeitando todo o tipo de indivíduo que foge ao

padrão do chamado “normal”. Temos a cultura agindo de maneira preponderante, influenciando a visão do belo, perfeito, sem dar chances para as diversidades de tipos de pessoas que não atendem a determinados padrões estabelecidos. Diante dessas expectativas quando há o planejamento de se ter um filho, as conjecturas sobre esse filho, tomam grandes proporções no imaginário dos pais e espera-se que nasça um bebê totalmente lindo maravilhoso e, sobretudo, perfeito com muita saúde, então essa reprodução segue alienada e não se dá conta de quão forte é o preconceito e o quanto se negam as limitações dos indivíduos, matando-os no nascedouro.

Vale ressaltar que a chegada do bebê com deficiência traz grandes transtornos a família que não está preparada para o enfrentamento desse tipo de problema, pois ninguém espera serem pais de bebê com deficiência. Tudo é feito e preparado para a chegada do filho perfeito. E quando isso não acontece, muitas mudanças serão feitas e a reorganização familiar se faz necessária para que haja uma adequação nessa nova trajetória que a família vai percorrer. Tudo vai depender de como a família vai conseguir lidar com a nova situação. Algumas absorvem bem e outras reagem mal, mas o tempo se incumbirá de reordenar todas as situações que surgem no dia a dia.

No último tópico, onde se instala o ponto crucial para toda reflexão dessa monografia, deu-se ênfase a questão do cuidado que sempre recai sobre a Mulher-Mãe e seus múltiplos papéis por ela desempenhados na família e na sociedade que também tem como pano de fundo a Cultura, nessa construção posicionando a mulher nesse contexto historicamente construído passando por todas as condições de preconceito, submissão, desigualdade, exploração entre outros fatos que vimos no decorrer desse estudo. Porém, podemos observar que a mulher na sociedade contemporânea apesar dos avanços em direção a busca de direitos e igualdades em relação ao homem, também tem a sua parcela de culpa nesse processo de banalização da sobrecarga, pois muito se calou e aceitou para si o peso da culpa que nunca teve, mas sempre sentiu.

Enfim, podemos concluir que foram de suma importância todas as abordagens feitas no decorrer desse estudo, pois a intenção das questões

pontuadas aqui tem o objetivo de contribuir no sentido de desconstruir paradigmas socialmente construídos no que diz respeito às idéias que tenham o poder de naturalizar preconceitos, crenças e tabus que estão presentes no discurso masculino, de forma que a mulher a cada dia que passa, tenha a intenção de construir uma nova identidade dita à nova mulher na contemporaneidade, inserida na constante luta política e em todas as esferas buscando igualdade de direitos.

## BIBLIOGRAFIA:

Bíblia de Estudo de Genebra. São Paulo e Barueri, Cultura Cristã e Sociedade Bíblica do Brasil, 1999. 1728 p. Gênesis Cap. 2, V. 22, p. 12.

BOSI, Alfredo. In, *Dialética da Civilização*, 3ª Edição I – Companhia das Letras, 1992

BUSCAGLIA, Leo. *Os Deficientes e Seus Pais*. 5ª Edição. Rio de Janeiro : Editora Record, 2006.

CASCUDO, Luis da Câmara. *A Família como Universo Moral*, p.55-112. In : SARTI, Cynthia Andersen. *A Família como Espelho : Um estudo sobre a Moral dos Poderes*, Cynthia Andersen Sarti - 2 ed. rev. - São Paulo : Cortez, 2003.

COLISSI, Aricelli Natus ; WENDLING, Maria Isabel, *Pai de filhos com Deficiência Mental : Sentimentos , Vivências e desafios perante a sociedade*. In <<https://psicologia.faccat.br/moodle/pluginfile.php/197/course/-Selection/1998/aricelli.pdf>>

CONSTITUIÇÃO DA REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL. Promulgada em 05 de outubro de 1988. Brasília: Senado Federal

DINIZ, Débora. *O que é deficiência*. 1ª Edição. São Paulo: Editora Brasiliense, 2007.

MANZINI-COVRE, Maria de Lourdes – *A Família, o “feminino”, a cidadania e a subjetividade*. Editora Cortez, 2003, p. 105 – 121. In.: *A Família contemporânea em debate*.

NANJARI, Cecília Castillo – *Gênero como categoria de análise para desvendar a violência contra as mulheres: um desafio para a educação teológica* - Revista Caminhando V.14, nº 2, p.141-143 julho – dezembro 2009.

< <https://www.metodista.br/revistas/revistas-ims/index.php/CA/.../1118> > Acesso em 11.04.15

NOGUEIRA, Cláudia Mazzei. O Trabalho feminino e as desigualdades no mundo produtivo . In : SILVA , Maria Ozanira da Silva e políticas Públicas de Trabalho e Renda no Brasil contemporâneo/Maria Ozanira da Silva e Silva , Maria lasbeck – 2 . Ed – São Paulo : Cortez ; São Luis , MA : FAPEMA , 2008 .

ORGANIZAÇÃO MUNDIAL DA SAÚDE. Disponível em <[https://pt.wikipedia.org/wiki/Organiza%C3%A7%C3%A3o\\_Mundial\\_da\\_Sa%C3%BAde](https://pt.wikipedia.org/wiki/Organiza%C3%A7%C3%A3o_Mundial_da_Sa%C3%BAde)> Acesso em: 25 de fevereiro de 2016.

ROMANELLI, Geraldo. Autoridade e poder na família, Editora Cortez, 2003, p.73-87. In: A Família Contemporânea Em Debate.

SAFFIOTI, H. I. B. *Gênero, Patriarcado, Violência*. Fundação Perseu Abramo, São Paulo, 2004, p. 107-139.

SILVA, Kalina Vanderlei e SILVA, Maciel Henrique – In Dicionário de Conceitos Ed. Contexto – São Paulo; 2006 CULTURA. Disponível em: [http://www.igtf.gov.br-wp-content/uploads-2012-03-conceito CULTURA.pdf](http://www.igtf.gov.br-wp-content/uploads-2012-03-conceito_CULTURA.pdf). Acesso em: 5 de Dezembro de 2015

SILVA, Maria Jacinta da Silva. Família e Política de Assistência Social: O Debate entre a provisão dos mínimos sociais e as necessidades básicas. In: JORNADA INTERNACIONAL DE POLITICAS PÚBLICAS, 3. São Luis, 28 – 30 ago. 2007.

SOUZA, Rosany Barcellos de - Saberes e Praticas: Competência e Cultura Profissional do Serviço Social – Doutorado em Serviço Social, PUC – São Paulo, 2004.

SUFRÁGIO UNIVERSAL, s/d. Disponível em:  
<<http://www.dicionarioinformal.com.br/sufr%C3%A1gio%20universal>>. Acesso em: 26 de Fevereiro de 2016.

TEIXEIRA, David Romão e DIAS, Fernanda Braga Magalhães, MARXISMO E CULTURA: Contraponto às perspectivas pós-modernas.

Disponível em:<[http://periodicos.bc.unicamp.br/ojs/index.php.-rfe-article-download-8635495-3288](http://periodicos.bc.unicamp.br/ojs/index.php/-rfe-article-download-8635495-3288)> Acesso em: 09 de Fevereiro de 2016.

WELTER, Ivânia; CETOLIN, Sirlei Fávera; TRZCINSKI, Clarete; CETOLIN, Simone Relli. Gênero, maternidade e deficiência: representação da diversidade, In: Revista Textos e Contextos, Porto Alegre, v.7n 1, p.98-119 .Jan/Jun . 2008. Disponível em <<http://revistaseletronicas.pucrs.br/ojs/index.php/fass/article/view/file/3941/3205>> Acesso em: 13 de Abril de 2015.